



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP

RELATÓRIO

DE AVALIAÇÃO DE SISTEMA CONFORME REQUISITOS DO CHECKLIST

PROCESSO Nº:	PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0042.003630/2023-44
INTERESSADO:	Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP
PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	Portaria nº 100 de 28 de março de 2025 (Comissão Especial Conjunta (0059122738)
EMPRESA AVALIADA:	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA (id SEI! 0057946438)
ASSUNTO:	Avaliação do Sistema de Manutenção Automotiva

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90429/2024/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0042.003630/2023-44

Objeto: Contratação de empresa especializada em **Autogestão de Frota**, de maneira contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado, com software acessível em tempo real pela internet, integrado com tecnologia de cartão magnético com senha, cartão digital com senha ou outro dispositivo disponível no mercado para atender às necessidades de veículos, maquinários, embarcações, e compressores pertencentes à frota oficial do Governo do Estado de Rondônia, por um período de 12 meses, conforme detalhamento, condições e quantitativos mínimos descritos neste documento.

A Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP, por intermédio da Comissão Especial Conjunta, designada por força das disposições contidas na Portaria nº 100 de 28 de março de 2025, publicada no DOE nº 65, do dia 07 de abril de 2025. Esta comissão tem a responsabilidade de avaliar, analisar e aprovar o sistema relacionado ao Termo de Referência Versão Final (0055533815), com especial atenção aos requisitos especificados no Checklist 0055781321.

Considerando o Item 27.12. do referido Termo de Referência (0055533815):

27.12. DA AVALIAÇÃO DO SISTEMA:

- A empresa classificada em 1º lugar no certame deverá apresentar, antes de sua habilitação a demonstração da funcionalidade do sistema para avaliação e APROVAÇÃO pela equipe técnica a fim de verificação se o sistema ofertado atende aos requisitos estabelecidos no termo de referência. Onde além da apresentação do sistema, deverá enviar Folder Descritivos com os requisitos do sistema.
- O prazo para a empresa realizar a apresentação demonstrativa do sistema, após convocação pelo pregoeiro será de 5 (cinco) dias úteis;
- O formato da apresentação, poderá ser realizada virtualmente (por videoconferência) ou presencialmente: A apresentação deverá ser do sistema na íntegra, com no mínimo 3000 (três) mil veículos cadastrados e 2000 (dois) mil motoristas cadastrados, para demonstração de suporte do sistema. Poderá ser realizada Virtualmente ou na cidade de Porto Velho.
- O agendamento para apresentação do sistema deverá ser na Gerência de manutenção Automotiva, através dos telefones: 69 99969-2537 e e-mail: gma@sugesp.ro.gov.br.
- O prazo para avaliação do sistema pela equipe técnica será de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação;
- Na avaliação do sistema, serão considerados os requisitos especificados no Checklist 0055781321. O resultado será expresso pelo **somatório de pontos**, sendo necessário atingir, **no mínimo, 64 pontos**. Não será permitido que itens do checklist apresentem a indicação de "NA – NÃO ATENDE". O checklist encontra-se no Anexo III deste Termo de Referência. Após a avaliação, será elaborado um relatório indicando se o sistema cumpre ou não todos os requisitos previamente estabelecidos.
- Caso o sistema do licitante classificado em 1º lugar não atenda aos requisitos do checklist, os licitantes remanescentes serão convocados na ordem de classificação.
- Além de demonstrar a funcionalidade do sistema, A LICITANTE classificada em 1º lugar, deverá antes de sua habilitação enviar modelo da Nota fiscal informando como será o seu faturamento para avaliação e APROVAÇÃO pela equipe técnica do setor de manutenção e equipe Financeira da SUGESP.

1. ABERTURA DA APRESENTAÇÃO

Em 08 de abril de 2025 às 09:00h foi iniciada a abertura da apresentação do Sistema pelo Pregoeiro Substituto/SUPEL/RO, senhor Thales Silva Souza, seguindo os trâmites legais conforme Aviso - Agendamento Apresentação (0058261675). Contudo, a referida apresentação se iniciou sem a presença dos representantes da empresa UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA, onde os representantes chegaram às 09:07h, após o início do horário estabelecido. A apresentação aconteceu de forma híbrida, sendo realizada no formato presencial, bem como de maneira online, uma vez que alguns participantes que não puderam se fazer presentes de forma presencial, assim participaram de forma virtual pelo link de vídeo conferência: meet.google.com/iij-jpxg-dau disponibilizado. Registrados através da Ata de Reunião (0059118809), Esclareço que a sessão foi gravada integralmente e encontra-se à disposição para consulta através do seguinte link do Google Drive: https://drive.google.com/file/d/1F5tgiQBgDwq8l4OErYV67Tef2oKWmjFs/view?usp=drive_link, e Relatório (0059118929). A apresentação foi encerrada às 13:58 horário local.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA

Na avaliação do sistema, serão considerados os requisitos especificados no Checklist (0055781321). O resultado será expresso pelo **somatório de pontos**, sendo necessário atingir, **no mínimo, 64 (sessenta e quatro) pontos**. Sendo que, não será permitido que itens do checklist apresentem a indicação de "NA – NÃO ATENDE", conforme item 27.12. do Termo de Referência (0055533815). O checklist encontra-se no Anexo III deste Termo de Referência. Após a avaliação, será elaborado um relatório indicando se o sistema cumpre ou não todos os requisitos previamente estabelecidos.

O checklist da funcionalidade do sistema em atendimento ao termo de referência, tem as seguintes pontuações:

- S – SATISFATÓRIO (1 pontos);
- N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos);
- NA – NÃO ATENDE (0 pontos);
- Resposta desejável: Não pode conter nenhum item NA, e no mínimo 64 Pontos.

Não poderá ter nenhum Item NA – NÃO ATENDE, pois são itens previstos no Termo de Referência Versão Final (0055533815).

3. ANÁLISE DO CHECKLIST

O Checklist (0055781321), composto por 72 (setenta e dois) itens, sendo que os aspectos que o compõem foram abordados e apresentados os recursos do sistema pela empresa participante do processo licitatório, no decurso da exposição realizada em 08 de abril de 2025, nas dependências da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, perante os membros designados e presentes para a avaliação. Os referidos itens serão examinados nos tópicos subsequentes, vejamos:

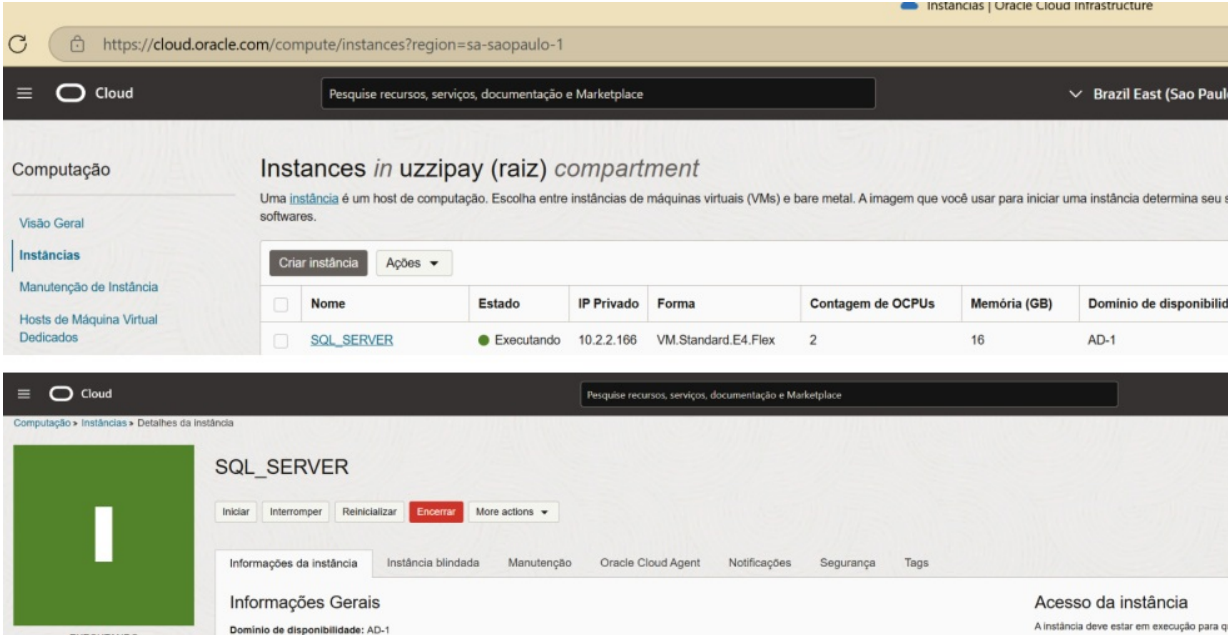
1) O Banco de Dados do sistema deveria ser: Oracle, SQL Server ou outro dispositivo disponível no mercado com os mesmos requisitos, características, desempenho e funcionalidades, ou superior, para atender a grande demanda de veículos (4.000 mil) e motoristas do estado (3.000 mil), onde deverá ter funcionários com a certificação da Oracle ou SQL Server.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

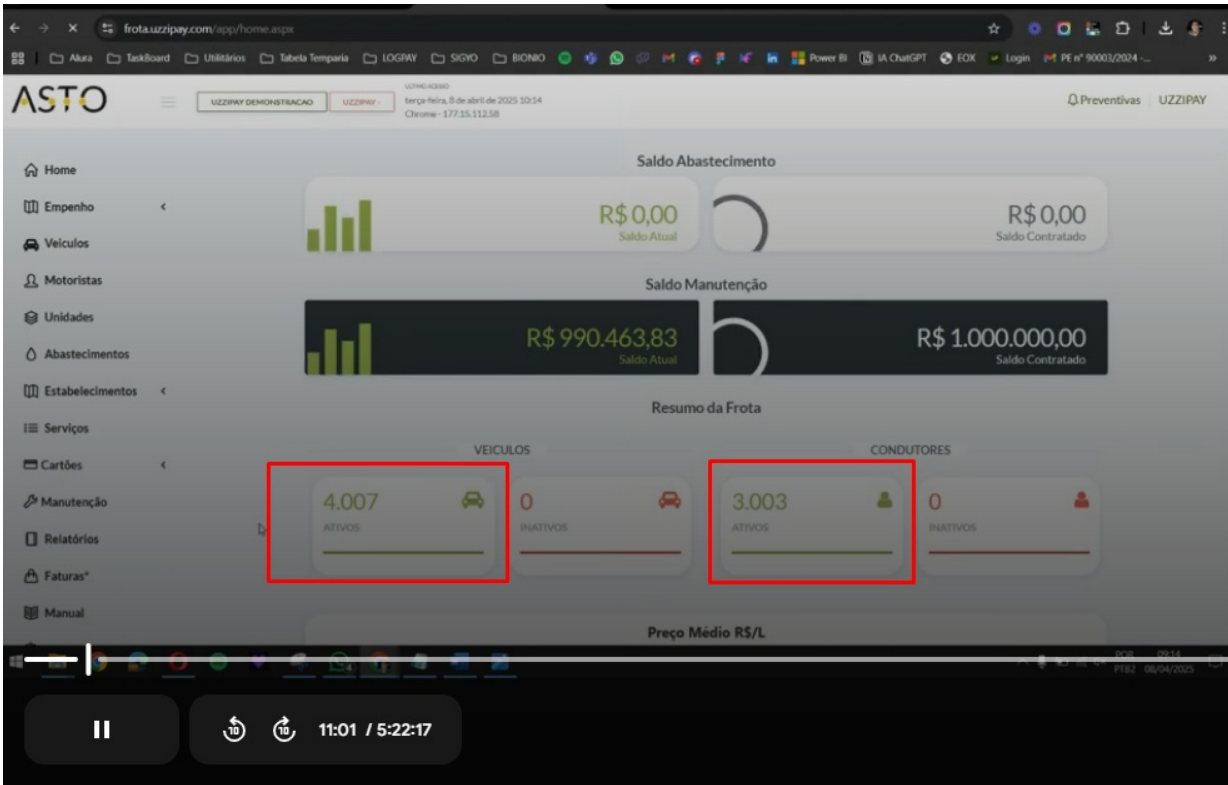
Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.2

Foi analisado pela SETIC, através do Processo nº 0042.001611/2025-45, na Informação 45 (0059256504):

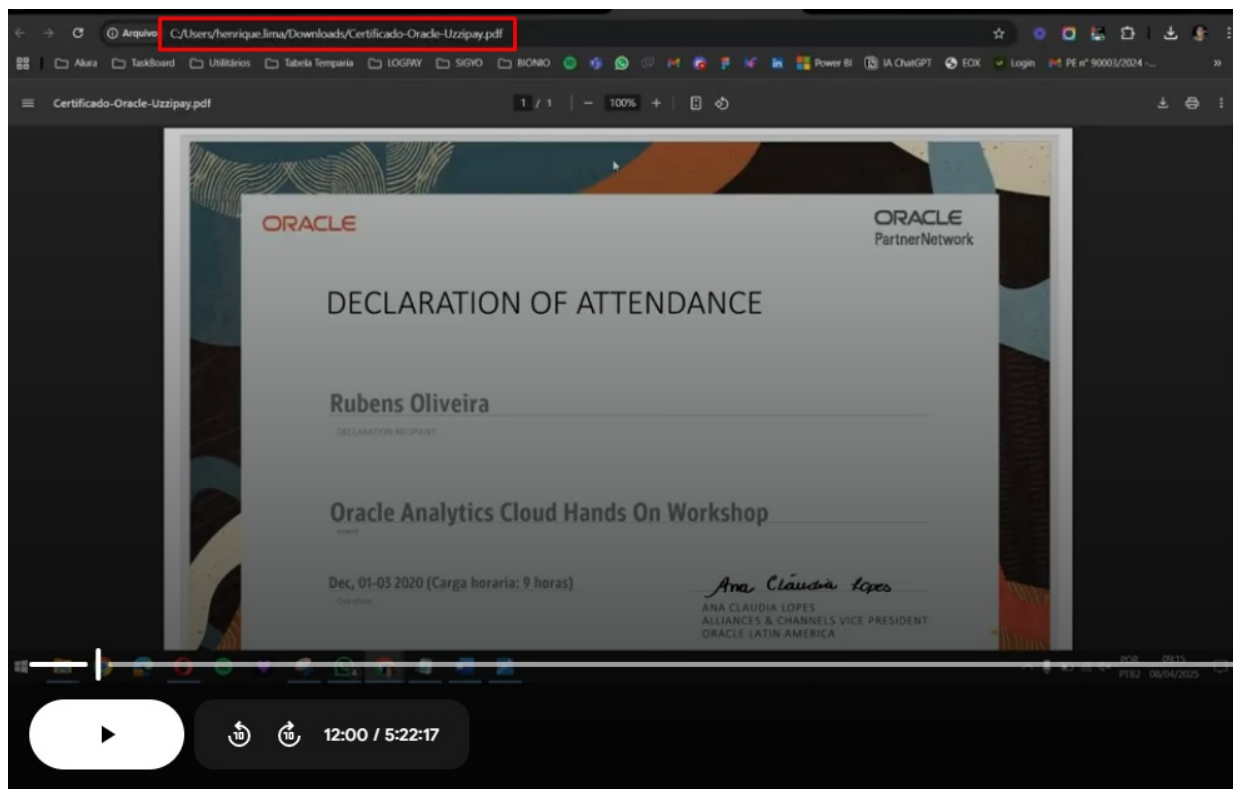
a) O Comprovante SQL SERVER (0059231482) demonstra que o servidor de banco de dados da aplicação utilizado é o SQL SERVER.



b) No minuto 11:00 o fornecedor apresenta a quantidade de 4007 veículos ativos e 3003 condutores, atendendo ao solicitado.



c) No minuto 12:00 o fornecedor apresenta o documento apresentado a seguir, entretanto, nota-se que o mesmo está armazenado no computador do apresentador, não sendo possível assegurar a autenticidade deste.



* Não foi possível atestar a veracidade da certificação, entretanto os demais itens atendem de maneira satisfatória.

Entretanto, durante a apresentação, os representantes da empresa exibiram um certificado na tela, no nome do senhor Rubens Oliveira, o qual foi prontamente solicitado durante a apresentação por membro da Portaria 100 (0059122738), para o envio de cópia do referido documento. Contudo, até a presente data, não recebemos a comprovação relativa ao certificado ou comprovante mencionado. Foi enviado no dia 14/04/2025 uma certificação no nome de Leonardo Borges Silva, no entanto a validação enviada foi de outra pessoa. Solicitada a avaliação d Rubens Oliveira. No entanto, foi enviado a justificativa abaixo no dia 15/04 pela empresa:

"Ao tempo que fornecemos a certificação do colaborador Rubens Oliveira, não havia sido observado a expiração do certificado do colaborador em questão, se encontrando em tramitação interna os demais processos relativos à renovação do certificado do respectivo colaborador.

Isto posto, visando atender aos apontamentos realizados de forma tempestiva, tendo em vista que o prazo para a apresentação das documentações podem ser realizados em até 5 (cinco) dias após a realização da POC, apresentamos o certificado *Oracle* do colaborador **Leonardo Borges Silva**, este que, assim como o colaborador Rubens Oliveira, atende às condições previstas no Edital de Licitação nº 90429/2024, em especial ao item 1 do anexo III - CHECKLIST - (ID SEI! [0055781321](#)), tendo o mesmo vínculo e certificação do colaborador Rubens, anteriormente apresentado.

Neste sentido, justificamos que a alteração do colaborador Rubens pelo colaborador Leonardo se dá especificamente pela necessidade de apresentação tempestiva dos documentos, tendo em vista o prazo consignado no item 27.12, "b" do Edital.

Além disso, a empresa Uzzipay se mostra disponível para sanear quaisquer esclarecimentos objeto do presente certame, atestando que, é ciente que o ateste de condições falsas a sujeita à penalidades cíveis, administrativas e criminais.

Por todo o exposto, entendemos que a diligência promovida é suprida com o esclarecimento ora encaminhado, tendo em vista que a exigência editalícia não vincula o colaborador anteriormente indicado, este que, mantém relação com esta Uzzipay. Na oportunidade, reencaminho o acesso ao certificado do colaborador Leonardo Borges Silva (<<https://catalog-education.oracle.com/ords/certview/sharebadge?id=4C40B632596BF820BDF048FAF9810D68C059DFA4E880AD628246CAB619500FA4#>>>), atendendo ao critério 1 da POC."

O objeto do contrato refere-se à Contratação de empresa especializada em Autogestão de Frota, de forma contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos. Esse serviço deve ser prestado por meio de um sistema informatizado, com software acessível em tempo real pela internet, integrado a tecnologias como cartão magnético com senha, cartão digital com senha ou outro dispositivo disponível no mercado.

A exigência desse critério tem os seguintes objetivos:

Mitigar riscos operacionais, assegurando que a solução escolhida tenha desempenho adequado diante da alta demanda;

Evitar o uso de tecnologias descontinuadas, que poderiam comprometer a segurança dos dados armazenados;

Garantir a integridade do sistema, evitando falhas que prejudiquem o controle de ordens de serviço, cotações e faturamento

Considerando a magnitude do contrato, destaca-se que apenas no ano de 2024 foram registradas:

13.470 Ordens de Serviço processadas via sistema de autogestão;

53.880 cotações realizadas pelos órgãos que utilizam o serviço de manutenção veicular.

Diante desse volume de operações, um sistema sem banco de dados eficiente poderia gerar graves prejuízos à Administração Pública, comprometendo a integridade das informações e a segurança dos processos administrativos.

2) Servidor: tanto a aplicação quanto o banco de dados deverão ser hospedados em datacenters Cloud para maior disponibilidade e segurança. Como Amazon, Microsoft, Google, ou superior.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.2

Foi analisado pela SETIC, através do Processo nº 0042.001611/2025-45, na Informação 45 (0059256504):

a) O Comprovante SQL SERVER (0059231482) demonstra que o Servidor de Banco de Dados está hospedado em nuvem Oracle.

Instances *in uzzipay (raiz) compartment*

Uma *instância* é um host de computação. Escolha entre instâncias de máquinas virtuais (VMs) e bare metal. A imagem que você usar para iniciar uma instância determina seu software.

Nome	Estado	IP Privado	Forma	Contagem de OCPUs	Memória (GB)	Domínio de disponibilidade
SQL_SERVER	Executando	10.2.2.166	VM.Standard.E4.Flex	2	16	AD-1

SQL_SERVER

Informações da instância: Inicial, Interromper, Reinicializar, Encerrar, More actions

Informações da instância: Instância blindada, Manutenção, Oracle Cloud Agent, Notificações, Segurança, Tags

Informações Gerais: Domínio de disponibilidade: AD-1

Acesso da instância: A instância deve estar em execução para q

b) Ao analisar o endereço web do fornecedor (**uzzipay.com**) e o endereço da aplicação fornecida (**frota.uzzipay.com**) é possível notar que ambos estão em servidores *Datacenter Cloud*, conforme Figura X

IP Details For: 104.22.53.86

Decimal: 1746285910

Hostname: 104.22.53.86

ASN: 13335

ISP: CloudFlare Inc.

Services: Datacenter

Country: United States

State/Region: California

City: San Francisco

Latitude: 37.7757 (37° 46' 32.52" N)

Longitude: -122.3952 (122° 23' 42.73" W)

Disparando frota.uzzipay.com [104.22.52.86] com 32 bytes de dados: Resposta de 104.22.52.86: bytes=32 tempo=61ms TTL=54

O objeto do contrato refere-se à Contratação de empresa especializada em Autogestão de Frota, de forma contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos. Esse serviço deve ser prestado por meio de um sistema informatizado, com software acessível em tempo real pela internet, integrado a tecnologias como cartão magnético com senha, cartão digital com senha ou outro dispositivo disponível no mercado.

A exigência desse critério tem os seguintes objetivos:

Mitigar riscos operacionais, assegurando que a solução escolhida tenha desempenho adequado diante da alta demanda;

Evitar o uso de tecnologias descontinuadas, que poderiam comprometer a segurança dos dados armazenados;
Garantir a integridade do sistema, evitando falhas que prejudiquem o controle de ordens de serviço, cotações e faturamento
Considerando a magnitude do contrato, destaca-se que apenas no ano de 2024 foram registradas:
13.470 Ordens de Serviço processadas via sistema de autogestão;
53.880 cotações realizadas pelos órgãos que utilizam o serviço de manutenção veicular.

Diante desse volume de operações, um sistema sem banco de dados eficiente poderia gerar graves prejuízos à Administração Pública, comprometendo a integridade das informações e a segurança dos processos administrativos.

3) Apresentou Identificação visual e divulgação da rede credenciada;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.3

4) Emissão pelo sistema eletrônico, mensalmente, de faturas detalhadas dos serviços executados para cada unidade contratante (secretaria ou órgão);

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.8

5) O Sistema de gerenciamento dos serviços contratados deve permitir acesso categorizado por diferentes níveis de permissão e perfis;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO** (0,5 pontos)

Atende parcialmente o estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.9.

Durante a apresentação foram apresentados perfis que não estavam habilitados, o mesmo estão em implantação, só podendo ser realizado pela empresa.

No entanto os perfis apresentados são insuficientes para a necessidade do estado devido à alta demanda. O cadastro dos gestores deve ser realizado pelo gestor geral do Contrato (SUGESP). Conforme Item 25.10 do TR:

25.10. Do Controle e Gerenciamento do Sistema de Auto Gestão de Frota

25.10.1. A Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos- SUGESP, denominada **Gestor Geral do Contrato**, através da Coordenadoria de Gestão de Gastos - CGA. E será gerenciada através Gerência de Manutenção Automotiva - GMA, onde será responsável pelo **acompanhamento técnico do contrato** decorrente desta licitação, sendo responsável por:

- a) Controle do Consumo de cada Unidade Contratante;
- b) Averiguando a conformidade do consumo mensal dentro do estimado por cada unidade Contratante;
- c) Emitir normativas para o melhor gerenciamento do Contrato;
- d) Cotação de preços com as redes credenciadas das Ordem de serviços, sempre buscando o preço mais vantajoso;
- e) Cadastrar veículos, equipamentos, gestor das unidades contratantes e condutores;**
- f) Averiguar conformidades e apurar irregularidades apuradas pelos fiscais das unidades contratantes;
- g) Liberar para aprovação do Gestor das unidades contratantes, as ordens de serviços, considerando o orçamento mais vantajoso.

No sistema apresentado pela empresa o Gestor Geral do contrato não consegue parametrizar os cadastros, havendo a necessidade de solicitar para a empresa gerenciadora.

6) Sistemas Tecnológicos integrados que viabilizem a autorização para realização dos serviços contratados junto aos estabelecimentos da rede credenciada, por meio de senha fornecida aos usuários/fiscais designados pela Contratante;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.10

7) O sistema utiliza logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional;

Resultado: **NA – NÃO ATENTE** (0 pontos);

Não atende o especificado no Item 5.7.11.

Empresa não demonstrou as empresas cadastradas no sistema, porém, utilizou funções do sistema para gerar planilhas em Excel, que por sua vez certificou o cadastro de alguns estados como: RO, AC, MG, RS E SP (minuto 00:38:40 da Reunião). Vale ressaltar que não ficou demonstrado se as empresas cadastradas eram objeto deste contrato (oficinas de manutenção e serviço). A empresa efetuou vários logins diferentes, e demonstrava planilhas de Excel extraídas de outros acessos. Posteriormente, ao ser questionada para abrir e demonstrar as empresas, apareceu postos de Gasolina e não Oficinas mecânicas (04:34:22 da Reunião).

Na apresentação do sistema a empresa deveria apresentar credenciadas cadastradas em todo o território nacional. No entanto conforme Item 5.7.5 do cronograma deverá ter a quantidade mínima de oficina credenciadas por município (Rondônia) devido ser a maior demanda, conforme quadro dispostas no item 9.1.29. QUADRO B. Destaco que o sistema já deveria conter vinculado nos cadastros, várias empresas dentro de todo o território nacional, referente somente ao o objeto do contrato (oficinas de manutenção e serviço).

Ao demonstrar no sistema a pesquisa por localidade somente tinham cadastradas oficinas do estado de Rondônia e Acre. Não foi demonstrado pela UZZIPAY as concessionárias credenciadas.

Antes da apresentação do sistema foi respondido o questionamento da empresa sobre oficinas em todas as localidades, através do Termo Resposta - UZZIPAY (0057460065).

A empresa é ciente desta necessidade visto que a detentora do Termo de Contrato 1551 (0055472251), Termo de Referência 0049481400, cujos os veículos realizam viagens terrestres em todo território nacional. Vale ressaltar que temos a Secretaria Especial de Integração do Estado de Rondônia - SIBRA, em Brasília-DF.

8.12. A Superintendência SUGESP, juntamente com os órgãos participantes, estão buscando contratar uma empresa para gerenciar o abastecimento de veículos, incluindo ARLA. O objetivo não é apenas fornecer combustíveis para a frota de veículos da Administração Pública de Rondônia, mas também permitir que eles sejam abastecidos dentro e fora do estado.

8.13. Vale ressaltar que temos a Secretaria Especial de Integração do Estado de Rondônia em Brasília - SIBRA , localizada em Brasília/DF. A contratação também permitirá que a Superintendência SUGESP e os órgãos participantes tenham acesso a um sistema informatizado que forneça informações precisas e seguras sobre a frota, facilitando o controle e auxiliando na tomada de decisões gerenciais relacionadas aos veículos, rotas e motoristas.

8) O sistema possui Banco de Dados ÚNICO para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota oficial, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço e detalhamento mensal e anual POR ÓRGÃO/UNIDADE CONTRATANTE;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO** (0,5 pontos)

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.12

Foram analisado dos quesitos:

1) Banco de dados único:

Foi analisado pela SETIC, através do Processo nº 0042.001611/2025-45, na Informação 45 (0059256504):

a) Conforme citado pelo fornecedor no minuto 41:25, trata-se de um requisito relacionado aos RELATÓRIOS e não propriamente ao BANCO DE DADOS. Entretanto, conforme apresentado no Comprovante SQL SERVER (0059231482), o banco de dados é único.

2) Fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota oficial, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço e detalhamento mensal e anual POR ÓRGÃO/UNIDADE CONTRATANTE;

Empresa demonstrou o ranking das oficinas e um gráfico, mas não demonstrou por tipo de serviço no sistema, onde novamente utilizou-se de planilhas do Excel gerada pelo sistema, em vez de demonstrar na própria plataforma do sistema. Índice é de suma importância para planejamentos estratégicos e mitigação de futuros problemas, elaborando instruções normativas e políticas para eficiência da gestão. Os relatórios gerenciais apresentados pela empresa não contemplavam o elemento "por tipo de serviço no próprio sistema", uma vez que a empresa utilizava planilhas Excel para apresentar essa funcionalidade. Conforme a descrição do item em questão, é exigido que a disponibilização de relatórios gerenciais seja realizada diretamente no manuseio do próprio sistema, e não por meio de ferramentas externas.

9) O sistema possui Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado no sistema os valores gastos com mãos de obra, peças e taxa de administração, por órgão e por fornecedor, relacionando cada nota fiscal com a respectiva nota fiscal emitida pela Contratada e com as notas fiscais das credenciadas, para fins de cobrança;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.13. No sistema tinha o campo para anexar a ordem bancária, no entanto ao demonstrar deu erro no sistema e não anexava.

10) O sistema tem consolidação de faturamento, com possibilidade de lançamento dos pagamentos realizados por parte da Contratante, imediatamente disponibilizado nas áreas de acesso restrito de cada fornecedor da rede credenciada, para acompanhamento em tempo real dos repasses à Contratada;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.14

11) O sistema possui campo para Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação dos veículos, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a CONTRATANTE, por órgão/unidade contratante e por período;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.16

12) O sistema possui campo para cadastramento do prazo de garantia das peças e serviços prestados, com funcionalidade de “alerta” e bloqueio da contratação de mesmos produtos, se ainda no período de validade da garantia, na própria tela de aprovação do orçamento, com possibilidade de impressão de relatórios detalhados por órgão/unidade contratante, por período, por vencimento e por veículo;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.17.

O sistema possui campo para cadastro de garantia. No entanto não apresenta alerta e bloqueio da contratação de mesmos produtos, apresentados na mesma tela da de aprovação do orçamento.

Esse requisito foi estabelecido para **assegurar maior transparência e controle na gestão das cotações**, garantindo que todas as solicitações sejam cadastradas por **linha de fornecimento**.

Além disso, a **proibição de abertura de novas guias para um mesmo serviço** tem como objetivo **evitar a fragmentação de cotações**, prevenindo eventuais **irregularidades, desperdícios de recursos públicos e cobranças duplicadas** de mão de obra. Essa medida contribui diretamente para a **legalidade e economicidade** do processo, eliminando riscos como:

1. **Duplicidade de orçamentos** para o mesmo serviço, resultando em gastos desnecessários;
2. **Repetição de serviços já executados**, comprometendo a eficiência administrativa;
3. **Tentativas de reajuste indevido de valores**, quando uma empresa alega que um preço está incorreto apenas para reapresentá-lo com um novo valor mais vantajoso para si;
4. **Falta de rastreabilidade e controle das cotações**, dificultando auditorias e fiscalização.

A ferramenta é de importância estratégica, especialmente considerando o **grande volume de Ordens de Serviço processadas pela contratante**. Sua implementação **não apenas garante a transparência das contratações, mas também fortalece a fiscalização**, alinhando-se plenamente às exigências do **Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118)**. Portanto, trata-se de um **item essencial para a boa gestão e controle do processo licitatório**, não podendo ser desconsiderado. Ferramenta tem amparo no **Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, que dispõe sobre a proteção do consumidor. Onde o consumidor pode solicitar o reparo de problemas.

13) O sistema possui Cadastramento da rede credenciada por localidade e por linha de fornecimento, identificando todos os serviços/produtos oferecidos por cada fornecedor, para possibilitar solicitação de cotação em massa, num só clique ou de maneira automática, a todos os possíveis interessados, na busca pelo menor preço;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.18

14) O Sistema faz Emissão de guia de orçamento de veículo, ordenada automaticamente pelo sistema de acordo com a ordem de atendimento (rodízio) e consoante com a linha de fornecimento cadastrada para o estabelecimento, condizente ainda com a demanda do veículo, permitindo que todos tenham possibilidades igualitárias de realizar a primeira avaliação, atendendo ao princípio legal da isonomia, e inibindo a repetição de mesmos estabelecimentos. Desta maneira, o órgão/unidade contratante só poderá solicitar nova emissão de guia para o mesmo veículo/serviço, caso haja recusa/impossibilidade de atendimento, informando no sistema os motivos e apresentando a guia de orçamento atendida anexada à não atendida. Da mesma forma, não será admitido orçamento sem a apresentação da guia de orçamento, devendo o estabelecimento credenciado informar no campo próprio do sistema o número do documento, no momento do preenchimento da cotação;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.19

15) O Sistema tem permissibilidade para realização de cotações diárias dentre os estabelecimentos credenciados, preliminarmente à execução de quaisquer serviços com o objetivo de serem analisados, com funcionalidade de envio da cotação de uma só vez (único clique ou automática);

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.20

16) O Sistema tem possibilidade de realização de cotação de preços em praças próximas onde está o veículo, ou em todo o Estado de Rondônia, quando não houver pelo menos 03 (três) credenciados na localidade

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.21

17) O sistema possui possibilidade de cotação de cada serviço individualmente;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.22.

18) O sistema possui campo para informar as observações quanto à autorização, especialmente para registrar descontos obtidos na negociação, informando inclusive quando essa negociação visa manter todos os serviços num mesmo local para evitar deslocamentos, se identificado como mais vantajoso e se o fornecedor concordar em reduzir o preço inicialmente cotado (o cálculo deverá ser automático pelo sistema);

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.23

19) O sistema possui chat on-line, ou campo para pergunta e resposta da administração/estabelecimento, com prazo, aos fornecedores envolvidos na cotação (com possibilidade de escolha dos fornecedores a que a pergunta se refere), para registro da negociação, com emissão de relatório final contendo todos os dados e acontecimentos/observações da transação para anexar aos relatórios de faturamento;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.24.

No sistema apresentado pela empresa, só é possível anexar documentos na abertura da ordem de serviço (OS). Não sendo possível anexar após a abertura da OS. Isto é de vital importância, pois será necessário o anexo de fotos e arquivos pós serviço para fiscalização, autorização do ordenador de despesas, justificativas, e demais documentos pertinentes. Devido a necessidade de ferramenta prática e eficaz, várias empresas utilizam o uso de chat on-line como praticidade. Conforme Termo de Referência item 25.11; as Unidades contratantes têm suas responsabilidades elencadas. Onde a possibilidade de anexar documentos são de vital importância para a fiscalização.

25.11. Da responsabilidade das Unidades Contratantes:

25.11.1. As Unidades Contratantes participantes desde processo, elencadas no **subitem 4.3.2. QUADRO A** deste Termo de Referência serão responsáveis por designar por Portaria o(s) fiscal (is) do Contrato, dentre os servidores do próprio órgão e encaminhar ao Gestor Geral do Contrato a Portaria mencionada.

25.11.2. Cada unidade contratante deve acompanhar, conferir e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma da Lei, e ainda:

Identificação da demanda, → elaborar requisição, → elaborar justificativa das ordens de serviço, → emissão e ateste provisório das Ordens de Serviço, → entrega dos veículos nos estabelecimentos prestadores de serviço, → conferência dos serviços executados, com os relacionados na nota fiscal e na ordem de serviço, → retirada dos veículos dos estabelecimentos prestadores de serviço, → envio de relatórios e documentos comprobatórios para o Gestor do Contrato, → Realizar o processamento e pagamento das despesas;

Acompanhar e certificar legalmente o contrato decorrente desta licitação e providenciar a formalização de contrato, execução orçamentária e financeira, e encaminhar relatório com as notas fiscais discriminadas em tabela com seus respectivos valores, mensalmente para a SUGESP;

Conferência dos Orçamentos, Relatórios de Manutenção e documentos comprobatórios, encaminhando-os para pagamento, exercendo o controle da frota e dos serviços relacionadas à execução contratual;

Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução geral do contrato, relatando as irregularidades, faltas ou defeitos observados;

Acompanhar via sistema seu limite disponível para os serviços contratados;

Verificar se há saldo de empenho cadastrado no sistema;

Autorizar as Ordens de Serviço, mediante disponibilização via sistema conforme a cota de cada unidade e orçamento mais vantajoso;

Autorizar/fiscalizar os serviços de manutenção nas redes credenciadas;

Antes da aprovação final deverá verificar se o valor está compatível com o valor de mercado;

Abertura de ordem de serviços para manutenção veicular;

Antes da abertura verificar o histórico do veículo, se o mesmo esta abastecendo e se não gastou mais de 50% da FIPE;

Solicitação de cadastro de nota de empenho;

Conferência dos serviços de manutenção autorizados, *in loco*;

Manter os meio de controle e fiscalização do Contrato, no que compete a sua responsabilidade;

Emitir nota de empenho estimativo e encaminhá-los ao gestor do contrato para acompanhamento e controle;

Contratação de profissional com certificação na área de mecânica para fiscalização e conferência das Ordens de serviço lançadas no sistema e conferência após realização do serviço.

25.11.3. Realizar mensalmente os procedimentos de:

Emitir e conferir a Nota Fiscal mensal;

Emitir os relatórios dos serviços realizados;

Emissão dos documentos Comprobatórios necessários para recebimento dos Serviços;

Formalizar seu próprio processo para aceite e pagamento dos serviços executados;

Item essencial para fiscalização e atendimento ao Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118):

60. Importa registrar, por oportuno, que a partir de visitas realizadas por esta Corte de Contas, e durante as atividades roneiras das equipes de controle, foram recebidas informações, tanto de gestores municipais quanto de autoridades estaduais, as quais revelam risco elevado da ocorrência de irregularidades, ante a possibilidade de desvios, enriquecimento ilícito e dano ao erário, nos contratos decorrentes de procedimentos licitatórios em que se praticam taxas de administração negativas.

61. Isto porque, conquanto estejam as empresas contratadas para prestação dos serviços de gerenciamento de frotas autorizadas a ofertar taxas de administração negativas, esta conduta tornaria, em certos casos, inexequíveis os contratos rmdados.

62. Assim, com a finalidade de arcar com os custos da prestação dos serviços e obter lucro, as gerenciadoras embutem tais valores nos produtos/serviços, repassando-os à administração pública, com a prática de preços superiores aos correntes no mercado, bem como por meio da utilização de taxas secundárias, sem previsão contratual, junto à rede credenciada.

63. Para evitar esses possíveis reexos negativos e danosos, compete ao controle interno dos entes federados a priorização do acompanhamento da execução desses contratos, mediante a realização de pesquisas periódicas dos preços de mercado, e eventual interdição/suspensão dos pagamentos que sobejem os valores usualmente praticados.

64. Ademais, deve-se demandar a publicação eletrônica da relação dos fornecedores dos produtos objeto dos contratos rmdados, e de seus preços, de modo a assegurar que a escolha pelas empresas se dê de maneira impessoal, isonômica e com base no valor. Esclarecimentos adicionais sobre a matéria poderão ser obtidos acessando-se os referenciados autos, que estão disponíveis, em sua íntegra, no portal do TCE-RO na internet, no endereço www.tce-ro.gov.br, no Sistema de Processo de Contas Eletrônico (PCE), no link “Consulta Processual”. [...]

II - Alertar os responsáveis para que atentem quanto ao adequado planejamento das contratações, de forma a evitar incidentes indesejáveis, como aditamentos contratuais desnecessários, contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão, dentre outras práticas arbitrárias e lesivas ao dinheiro público, em consonância com as leis que regem as licitações, bem como com as boas práticas introduzidas pela Instrução Normativa nº 05 de 2017 do MPOG;

20) O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico e na tela de acesso via web, a toda a rede credenciada, conforme o ramo de atuação (linhas de fornecimento cadastradas), informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.25

21) O sistema deverá dispor de campo para que a Contratante determine o prazo disponível para cotação, variável entre 24 (vinte e quatro) e 72 (setenta e duas) horas, de acordo com a urgência dos serviços, bem como possibilidade de prorrogação do prazo com reenvio dos alertas aos credenciados, quando não se alcançarem o número de pelo menos 03 (três) cotações ou que a Contratante não esteja certa da vantajosidade dos preços alcançados;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.26

22) O Sistema deverá fechar automaticamente o orçamento, quando finalizado o prazo definido pela Contratante, disponibilizando imediatamente os resultados para consulta e retirando a pendência de cotação dos estabelecimentos que não responderam, gerando ainda os relatórios por estabelecimento contemplando a quantidade de atendimentos/desatendimentos por períodos;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.27.

O sistema não possui informações relativas à quantidade de desatendimentos. Durante a apresentação do sistema, foi apresentada apenas a lista de atendimentos realizados e o respectivo ranking. Observou-se, durante a demonstração, que o sistema não contempla dados referentes aos desatendimentos, tampouco gera relatórios segmentados por estabelecimento.

Tal ausência compromete a efetividade da gestão pública, contrariando os princípios da eficiência e da transparência, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. A ausência de dados completos dificulta o controle e a fiscalização das ações administrativas, comprometendo a tomada de decisões baseadas em evidências e o aprimoramento da prestação dos serviços públicos.

Além disso, a falta de relatórios por estabelecimento impede a adequada responsabilização individualizada, contrariando o princípio da responsabilidade administrativa. Ressalta-se a necessidade de aprimoramento do sistema, de modo a garantir a ampla publicidade dos dados e permitir o exercício do controle social e institucional, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

23) O sistema deverá dispor de consulta na tela contendo todos os orçamentos em aberto, para qualquer unidade credenciada poder ofertar cotação e preços para o orçamento, no prazo definido;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.28

24) O sistema eletrônico da contratada deverá permitir o cadastramento de preços praticados no mercado, bem como demonstrá-lo na tela de orçamento, ao gestor do contrato, para fins de comparação, negociação ou uso no caso de inexistência de 03 orçamentos, nos casos de urgência;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.29.

Empresa apresentou um ícone onde demonstrava a possibilidade de cadastramento dos preços praticados no mercado. No entanto no ícone apresentado possuía aproximadamente 6 itens. E na tela do orçamento não foi demonstrado os preços praticados para comparação.

Esse é um dos principais Itens para fiscalização e atendimento ao Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118):

Para mitigar o risco de **cartelização** entre oficinas credenciadas, o que poderia resultar na elevação dos preços e onerar o contratante público, tendo uma comparação com os valores de mercado.

60. Importa registrar, por oportuno, que a parr de visitas realizadas por esta Corte de Contas, e durante as atividades roneiras das equipes de controle, foram recebidas informações, tanto de gestores municipais quanto de autoridades estaduais, as quais revelam risco elevado da ocorrência de irregularidades, ante a possibilidade de desvios, enriquecimento ilícito e dano ao erário, nos contratos decorrentes de procedimentos licitatórios em que se praticam taxas de administração negavas.

61. Isto porque, conquanto estejam as empresas contratadas para prestação dos serviços de gerenciamento de frotas autorizadas a ofertar taxas de administração negavas, esta conduta tornaria, em certos casos, inexequíveis os contratos rmados.

62. Assim, com a nalidade de arcar com os custos da prestação dos serviços e obter lucro, as gerenciadoras embutem tais valores nos produtos/serviços, repassando-os à administração pública, com a prática de preços superiores aos correntes no mercado, bem como por meio da ulização de taxas secundárias, sem previsão contratual, junto à rede credenciada.

63. Para evitar esses possíveis reexos negavos e danosos, compete ao controle interno dos entes federavos a priorização do acompanhamento da execução desses contratos, mediante a realização de pesquisas periódicas dos preços de mercado, e eventual interdição/suspensão dos pagamentos que sobejem os valores usualmente praticados.

64. Ademais, deve-se demandar a publicação eletrônica da relação dos fornecedores dos produtos objeto dos contratos rmados, e de seus preços, de modo a assegurar que a escolha pelas empresas se dê de maneira impessoal, isonômica e com base no valor. Esclarecimentos adicionais sobre a matéria poderão ser obdos acessando-se os referenciados autos, que estão disponíveis, em sua íntegra, no portal do TCE-RO na internet, no endereço www.tce-ro.gov.br, no Sistema de Processo de Contas Eletrônico (PCE), no link "Consulta Processual". [...]

II - Alertar os responsáveis para que atentem quanto ao adequado planejamento das contratações, de forma a evitar incidentes indesejáveis, como aditamentos contratuais desnecessários, contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão, dentre outras práticas arbitrárias e lesivas ao dinheiro público, em consonância com as leis que regem as licitações, bem como com as boas práticas introduzidas pela Instrução Normativa nº 05 de 2017 do MPOG;

São requisitos para gestão e fiscalização, quanto as sobretaxas e taxas de antecipação não sejam repassadas para o estado.

9.3.3. Essa determinação impõe uma limitação rigorosa para as taxas secundárias, também conhecidas como "taxa de administração", "taxa de repasse", "taxa de uso do cartão", "taxa de comissão" ou qualquer outra denominação atribuída pela Contratada às Credenciadas. Independentemente da natureza ou do nome, a restrição visa assegurar a equidade e a transparência nas relações contratuais, protegendo os interesses da administração pública e garantindo uma remuneração justa à Rede Credenciada.

25) O sistema também deverá disponibilizar a consulta à tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, conforme os valores efetivamente faturados via Ordens de Serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, permitindo também filtro de pesquisa consoante o objeto ou linha de fornecimento, a fim de serem utilizados quando não acusarmos cotação de preços para os mesmos itens;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.30.

A empresa apresentou uma planilha do software excel, com os dados. No entanto, no sistema não é possível fazer filtros de pesquisa por objeto e linha de fornecimento. A título exemplificativo disso seria: pesquisar o valor de uma bateria utilizando filtros, não é possível, sendo que seria necessário baixar uma planilha para pesquisar, com isso não demonstrando a eficiência do sistema e sendo de maneira manual e dificultosa.

Essa funcionalidade é um dos principais itens para a fiscalização e atendimento ao Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118):

Para mitigar o risco de **cartelização** entre oficinas credenciadas, o que poderia resultar na elevação dos preços e onerar o contratante público, tendo uma comparação com os valores de mercado.

60. Importa registrar, por oportuno, que a partir de visitas realizadas por esta Corte de Contas, e durante as atividades roneiras das equipes de controle, foram recebidas informações, tanto de gestores municipais quanto de autoridades estaduais, as quais revelam risco elevado da ocorrência de irregularidades, ante a possibilidade de desvios, enriquecimento ilícito e dano ao erário, nos contratos decorrentes de procedimentos licitatórios em que se praticam taxas de administração negativas.

61. Isto porque, conquanto estejam as empresas contratadas para prestação dos serviços de gerenciamento de frotas autorizadas a ofertar taxas de administração negativas, esta conduta tornaria, em certos casos, inexequíveis os contratos firmados.

62. Assim, com a finalidade de arcar com os custos da prestação dos serviços e obter lucro, as gerenciadoras embutem tais valores nos produtos/serviços, repassando-os à administração pública, com a prática de preços superiores aos correntes no mercado, bem como por meio da utilização de taxas secundárias, sem previsão contratual, junto à rede credenciada.

63. Para evitar esses possíveis reexos negativos e danosos, compete ao controle interno dos entes federados a priorização do acompanhamento da execução desses contratos, mediante a realização de pesquisas periódicas dos preços de mercado, e eventual interdição/suspensão dos pagamentos que sobejem os valores usualmente praticados.

64. Ademais, deve-se demandar a publicação eletrônica da relação dos fornecedores dos produtos objeto dos contratos firmados, e de seus preços, de modo a assegurar que a escolha pelas empresas se dê de maneira impessoal, isonômica e com base no valor. Esclarecimentos adicionais sobre a matéria poderão ser obtidos acessando-se os referenciados autos, que estão disponíveis, em sua íntegra, no portal do TCE-RO na internet, no endereço www.tce.ro.gov.br, no Sistema de Processo de Contas Eletrônico (PCE), no link "Consulta Processual". [...]

II - Alertar os responsáveis para que atentem quanto ao adequado planejamento das contratações, de forma a evitar incidentes indesejáveis, como aditamentos contratuais desnecessários, contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão, dentre outras práticas arbitrárias e lesivas ao dinheiro público, em consonância com as leis que regem as licitações, bem como com as boas práticas introduzidas pela Instrução Normativa nº 05 de 2017 do MPOG;

Além disso, são requisitos para gestão e fiscalização, quanto as sobretaxas e taxas de antecipação não sejam repassadas para o estado.

9.3.3. Essa determinação impõe uma limitação rigorosa para as taxas secundárias, também conhecidas como "taxa de administração", "taxa de repasse", "taxa de uso do cartão", "taxa de comissão" ou qualquer outra denominação atribuída pela Contratada às Credenciadas. Independentemente da natureza ou do nome, a restrição visa assegurar a equidade e a transparência nas relações contratuais, protegendo os interesses da administração pública e garantindo uma remuneração justa à Rede Credenciada.

26) O sistema deverá disponibilizar consulta comparativa na própria tela de orçamento, contendo as informações de data e menor preço da cotação atual, data e menor preço praticado/contratado para o produto/serviço registrado no próprio sistema nos últimos 60 (sessenta) dias, data e menor preço praticado no Estado, data e menor preço praticado na localidade e data e menor preço ofertado pelo próprio fornecedor detentor da menor cotação atual, disponibilizando ainda os relatórios por período;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.31.

Durante a avaliação da funcionalidade prevista no item 5.7.31, ao tentar realizar a consulta comparativa diretamente na interface da tela de orçamento, o sistema apresentou falhas operacionais que impediram o pleno acesso às informações solicitadas. Tal instabilidade comprometeu a verificação da presença dos elementos exigidos, como as datas e os menores preços praticados nos diferentes contextos estabelecidos (cotação atual, últimos 60 dias, Estado, localidade e pelo próprio fornecedor), bem como a geração dos relatórios por período.

A ausência de funcionamento pleno e contínuo da funcionalidade compromete a observância do princípio da eficiência, na medida em que impede o acesso tempestivo a dados essenciais para a adequada gestão e controle da contratação pública. Ademais, a não comprovação da funcionalidade, seja por falha técnica ou por ausência de implementação, configura descumprimento dos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no termo de referência ou edital, o que pode afetar diretamente a isonomia do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, por analogia, destaca-se o disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o processo licitatório deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A ausência de ferramentas que permitam análise comparativa de preços prejudica a efetividade desse princípio, comprometendo a racionalidade e a economicidade da escolha administrativa.

Por fim, a falha compromete o atendimento ao interesse público, que exige ferramentas capazes de subsidiar decisões baseadas em critérios objetivos e comparativos. Diante disso, a pontuação atribuída como "Não Satisfatório" justifica-se, considerando que o sistema não demonstrou, de forma inequívoca, conformidade com o requisito exigido.

27) (No checklist consta 37) Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR, sua tabela atualizada ou instrumento hábil similar (podendo inclusive importar dados), composto por uma ferramenta que possibilite ao gestor/fiscal 01 (um) acesso por unidade contratante para efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão-de-obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios, disponibilizando na tela o valor para a peça/serviço para fins de comparação, negociação ou uso na ausência de 03 cotações, nos casos de urgência, emitindo ainda os relatórios comparativos;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.32.

A empresa apresentou o sistema denominado CILIA, cuja pesquisa é realizada por meio da identificação da placa do veículo. No entanto, durante a demonstração, verificou-se que a interface do sistema não exibe, de forma clara e direta, os valores correspondentes às peças ou serviços consultados, conforme exigido no item 5.7.32 do Termo de Referência.

A apresentação da solução limitou-se à disponibilização de um link para acesso ao sistema CILIA, sem comprovar a efetiva integração com a tabela técnica atualizada, como o Sistema AUDATEX MOLICAR ou instrumento hábil similar, tampouco a emissão de relatórios comparativos que subsidiem a atuação do gestor/fiscal nas hipóteses previstas, como negociações, comparações ou ausência de cotações em casos de urgência.

Essa limitação compromete a aplicabilidade prática da funcionalidade, descumprindo os requisitos técnicos estabelecidos, e prejudica a atuação administrativa fundamentada em critérios objetivos e economicamente vantajosos. Assim, considerando a ausência de evidência de que o sistema atende integralmente às exigências previstas, por este motivo, a avaliação como "Não Satisfatório" mostra-se adequada.

28) O sistema deverá informar na tela, tanto dos estabelecimentos que participaram da cotação, quanto dos órgãos/unidades contratantes e Órgão Gestor, o resultado da transação, com nome do estabelecimento vencedor, município e valor da cotação para cada serviço/peça;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.33

29) O sistema deverá permitir cadastro de Empenhos pela Contratada e bloqueio ao término de empenho ou contrato, para não gerar despesa sem prévio empenho;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.34

30) O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão-de-obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por órgão, bem como centro de custo e de todos os dados exigidos no sistema, contemplando, além do relatório geral para cada caso com totalização, também a personalização do relatório pelo próprio usuário marcando opção de consulta por órgão/unidade contratante, por período, por veículo, por tipo de serviço ou linha de fornecimento, por produto empregado, por localidade ou por estabelecimento credenciado, podendo ainda personalizar a ordem e campos do documento;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.35

31) O Sistema Dentro da Ordem de serviço deverá **informar as peças em garantia** e consulta fácil e prática do Histórico do veículo, considerando a grande demanda de Ordens de Serviço do estado, além da a opção de **anexar fotos e documentos**, e meio de comunicação (Comentários) com os gestores e credenciadas;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.35.

O sistema não oferece informação prévia acerca da existência de item em garantia, limitando-se a exibir apenas o prazo de garantia no momento do lançamento. Ademais, após a criação da Ordem de Serviço, o sistema não disponibiliza a funcionalidade para anexação de fotos ou documentos.

Esse requisito foi estabelecido para assegurar maior transparência e controle na gestão das cotações, assegurando que todas as solicitações sejam cadastradas por linha de fornecimento.

Além disso, a proibição de abertura de novas guias para um mesmo serviço tem como objetivo evitar a fragmentação de cotações, prevenindo eventuais irregularidades, desperdícios de recursos públicos e cobranças duplicadas de mão de obra. Essa medida contribui diretamente para a legalidade e economicidade do processo, mitigar riscos:

1. Duplicidade de orçamentos para o mesmo serviço, resultando em gastos desnecessários;
2. Repetição de serviços já executados, comprometendo a eficiência administrativa;
3. Tentativas de reajuste indevido de valores, quando uma empresa alega que um preço está incorreto apenas para reapresentá-lo com um novo valor mais vantajoso para si;
4. Falta de rastreabilidade e controle das cotações, dificultando auditorias e fiscalização.

A ferramenta é de importância estratégica, especialmente considerando o grande volume de Ordens de Serviço processadas pela contratante. Sua implementação não apenas garante a transparência das contratações, mas também fortalece a fiscalização, alinhando-se plenamente às exigências do Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118). Portanto, trata-se de um item essencial para a boa gestão e controle do processo licitatório, não podendo ser desconsiderado. Ferramenta tem amparo no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. Onde o consumidor pode solicitar o reparo de problemas.

No sistema apresentado pela empresa, só é possível anexar documentos na abertura da ordem de serviço (OS). Não sendo possível anexar após a abertura da OS. Isto é de vital importância, pois será necessário o anexo de fotos e arquivos pós serviço para fiscalização, autorização do ordenador de despesas, justificativas, e demais documentos pertinentes. Devido a necessidade de ferramenta prática e eficaz, várias empresas utilizam o uso de chat on-line como praticidade. Conforme Termo de Referência item 25.11; as Unidades contratantes têm suas responsabilidades elencadas. Onde a possibilidade de anexar documentos são de vital importância para a fiscalização.

25.11. Da responsabilidade das Unidades Contratantes:

25.11.1. As Unidades Contratantes participantes desde processo, elencadas no **subitem 4.3.2. QUADRO A** deste Termo de Referência serão responsáveis por designar por Portaria o(s) fiscal (is) do Contrato, dentre os servidores do próprio órgão e encaminhar ao Gestor Geral do Contrato a Portaria mencionada.

25.11.2. Cada unidade contratante deve acompanhar, conferir e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma da Lei, e ainda:

1 - Identificação da demanda, → elaborar requisição, → elaborar justificativa das ordens de serviço, → emissão e ateste provisório das Ordens de Serviço, → entrega dos veículos nos estabelecimentos prestadores de serviço, → conferência dos serviços executados, com os relacionados na nota fiscal e na ordem de serviço, → retirada dos veículos dos estabelecimentos prestadores de serviço, → envio de relatórios e documentos comprobatórios para o Gestor do Contrato, → Realizar o processamento e pagamento das despesas;

32) O sistema deverá ter abas de consultas das ordens de serviços, sendo: **Aguardando 1º Orçamento; Validação do 1º Orçamento; Em cotação; Liberação de Aprovação; Em aprovação; Aprovadas; Validação NF (Pela contratada, para conferências das NF das credenciadas); NF C/ Problema; NF para Validação (contratante); Finalizadas, Canceladas; Solicitado cancelamento;**

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.35.

O sistema apresentado não contempla a totalidade dos filtros elencados no Termo de Referência do presente processo licitatório, tampouco as funcionalidades requeridas, deixando de apresentar os seguintes itens: Aguardando 1º Orçamento; Validação do 1º Orçamento; Em cotação; Liberação de Aprovação; Validação NF (Pela contratada, para conferências das NF das credenciadas); NF C/ Problema; NF para Validação (contratante).

As nomenclaturas são somente organizacionais, sendo necessários os itens solicitados, em sua quantidade e funções exemplificadas, podendo ter nomes específicos/similares, mas que tenham a quantidade de abas distintas, pois considerando que no ano de 2024 obtivemos o número de 13.470 (treze mil e quatrocentos e setenta) Ordens de Serviço tramitadas via sistema de autogestão, bem como aproximadamente 53.880 (cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta) cotações dos órgãos que utilizam o serviço de manutenção dos veículos, conforme os Princípios da Administração Pública. Onde devido a grande demanda, considerando o número de Ordens de serviço, os requisitos solicitados são básicos de qualquer sistema de gestão de frota, principalmente com a demanda relacionada do processo, é importante frisar que o governo de Rondônia vem utilizando essa modalidade (não seria uma metodologia de trabalho) a mais de 15 anos.

As informações e esclarecimentos apresentados evidenciam em boa medida a complexidade afeta à prestação do serviço contratado, o qual é realizado em todo território nacional, principalmente em todo o Estado de Rondônia, e pelo que se impõe a cada uma das Unidades Gestoras promover o controle e a fiscalização de seus respectivos processos de manutenção, para a devida verificação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

Com os filtros demonstrados pela empresa é impossível fazer a gestão de quase 15mil Ordens de serviço. Exemplo Segue a exemplificação das abas, onde podem ter outra nomenclatura mais o mesmo significado:

- Aguardando 1º Orçamento: Secretária abriu a OS, mais oficina não lançou valor.
- Validação do 1º Orçamento: Oficina já lançou orçamento.
- Em cotação: disparado para cotar, aguardando orçamentos.
- Liberação de Aprovação: com 3 orçamentos
- Em aprovação: revisado pela SUGESP
- Aprovadas: SECRETARIA aprovou, está em execução.
- Validação NF (Pela contratada, para conferências das NF das credenciadas):
- NF C/ Problema: Nota fiscal errada.
- NF para Validação (contratante): notas fiscais para conferência da SUGESP

- Finalizadas: carro entregue e notas emitidas e validadas
- Canceladas: OS cancelada
- Solicitado cancelamento: Solicitado cancelamento pela oficina.

Como observados são itens de ponto de controle e organização considerando a grande demanda. Onde a nomenclatura é somente para exemplificação das divisões.

Este é um item essencial para fiscalização e atendimento do Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118).

33) O sistema deverá permitir que todos os relatórios sejam exportados para os formatos .xls, .xlsx, .doc, .docx, e .pdf, e deverá sempre conter a totalização de contagem de relação e soma de valores numéricos e cifras (subtotais e totais por documento);

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.36

34) O sistema deverá permitir que o usuário master (gestor geral do Contrato/SUGESP) ter acesso para dentro do sistema realizar Bloqueios Administrativos dos Órgãos Participantes do Processo;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.37.

Foram previstos no Termo de Referência, diversos tipos de bloqueios operacionais no sistema. Contudo, a empresa apresentou apenas uma única modalidade de bloqueio. Considerando a elevada demanda existente, tal limitação inviabiliza o cumprimento das metas necessárias à observância dos prazos estabelecidos para a finalização do exercício financeiro. Ressalte-se, nesse contexto, o disposto no Decreto nº 29.540, de 8 de outubro de 2024 (0053715971), que fixa os prazos para o encerramento do exercício financeiro, bem como as orientações contidas no Ofício Circular 5 (0053630050) e Ofício 17440 (0055031343), que disciplinam os limites para abertura de Ordens de Serviço e respectivas finalizações.

35) O sistema deverá permitir que os relatórios e dados devem estar disponíveis em ambiente web (internet), conforme o nível de credenciamento e permissões de cada senha/usuário, a serem definidos por perfil informado pelo gestor do Contrato;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.38

O sistema permite que os relatórios e dados estejam disponíveis em ambiente web, no entanto, as permissões e perfil não estão habilitados, o mesmo estava em implantação e só podia ser realizado pela empresa.

No entanto os perfis apresentados são insuficientes para a necessidade do estado devido à alta demanda. O cadastro dos gestores deve ser realizado pelo gestor geral do Contrato (SUGESP). Conforme Item 25.10 do TR:

25.10. Do Controle e Gerenciamento do Sistema de Auto Gestão de Frota

25.10.1. A Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos- SUGESP, denominada **Gestor Geral do Contrato**, através da Coordenadoria de Gestão de Gastos - CGA. E será gerenciada através Gerência de Manutenção Automotiva - GMA, onde será responsável pelo **acompanhamento técnico do contrato** decorrente desta licitação, sendo responsável por:

- a) Controle do Consumo de cada Unidade Contratante;
- b) Averiguando a conformidade do consumo mensal dentro do estimado por cada unidade Contratante;
- c) Emitir normativas para o melhor gerenciamento do Contrato;
- d) Cotação de preços com as redes credenciadas das Ordem de serviços, sempre buscando o preço mais vantajoso;
- e) Cadastrar veículos, equipamentos, gestor das unidades contratantes e condutores;**
- f) Averiguar conformidades e apurar irregularidades apuradas pelos fiscais das unidades contratantes;
- g) Liberar para aprovação do Gestor das unidades contratantes, as ordens de serviços, considerando o orçamento mais vantajoso.

No sistema apresentado pela empresa O Gestor Geral do contrato não consegue parametrizar os cadastros. Tendo que solicitar para a empresa Gerenciadora.

36) Em níveis de Perfis, o sistema deverá ocultar valores ou oficinas enquanto estiver em cotação, conforme necessidade da contratante;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.38

37) O sistema deverá em níveis de Perfis, após cotada a OS, Primeiro Liberação pela GESTORA GERAL DO CONTRATO, para conferência e posteriormente Liberação para APROVAÇÃO pelo Órgão demandante;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.38.

38) O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação, devendo para tanto conter pelo menos os seguintes campos de cadastramento: Número de identificação da ordem de serviço; Identificação do veículo (marca, modelo, ano de fabricação, chassi, cor, placa, combustível, unidade de lotação); Usuário, gestor, fiscal e motorista (responsável pelo serviço); Centro de Custo; Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; Data e hora de início e fim da manutenção do veículo; Tipo de serviços realizados (aquisição de peça/ manutenção/ serviço de guincho); Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço; Descrição dos serviços executados e peças trocadas; Valor total de mão de obra; Valor total das peças; Tempo de garantia do serviço realizados; Tempo de garantia das peças substituídas; Valor total da operação; Descrição sumarizada da operação; Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço credenciado; Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor; Campo de cadastramento de cedência de veículo (alteração de órgão da frota), contendo data de cedência, data de devolução, tipo de cedência (definitiva ou temporária), motivo/justificativa, órgão cedente e órgão beneficiário, remanejando automaticamente o veículo para a nova lotação e bloqueando o atendimento do veículo por outro órgão que não o atual até que haja nova cedência no sistema; Depreciação do veículo, contendo no mínimo o valor de compra, data da compra, taxa de depreciação e cálculo automático demonstrando na tela e em relatórios o valor atual com aplicação da depreciação; Valor atual do veículo, possibilitando a alimentação ou importação de dados referentes a tabelas de avaliação de veículos (FIPE), informando a data de atualização e valores atualizados de mercado dos veículos para subsidiar estudos de viabilidade;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.39.

Não foram apresentados os itens contendo as informações relativas à data de cedência, data de devolução, depreciação do veículo, taxa de depreciação e cálculo automático que permita a visualização na interface do sistema, do valor atual do veículo com a aplicação da depreciação. Tais dados são de extrema relevância, considerando o prazo de devolução e os centros de custo envolvidos.

Informamos que os veículos pertencentes ao Estado são cadastrados com base no valor de mercado, sendo de vital importância para garantir a viabilidade

financeira da manutenção dos mesmos, conforme consta no Ofício Circular 3 (relativo apenas aos novos cadastros) (0056325903). Este ofício visa assegurar que o Estado possa analisar a viabilidade econômica da manutenção ou não dos veículos.

Salientamos quanto a viabilidade financeira dos veículos, conforme disposto no Decreto n.24.041, DE 8 DE JULHO DE 2019 (alt. Dec 28.994) (0056325906): Alterado pelo Decreto N° 24.476, de 20/11/2019, Decreto N° 28.162, de 26/5/2023 e pelo Decreto N° 28.994, de 21/3/2024., abaixo relacionados:

Art. 58. O bem inservível será classificado como:

I - antieconômico: aquele cuja a manutenção seja onerosa ou referido rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

II - irreparável: aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação, mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável à sua recuperação;

III - ocioso: aquele que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado; e

IV - recuperável: aquele que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou a devida análise de custo e benefício demonstre ser justificável à sua recuperação.

[...]

Art. 73 A baixa decorrerá do processo de desfazimento previsto no artigo 57 deste Decreto ou nos casos de furto, roubo, extravio, sinistro e em decorrência de morte no caso de semoventes e ocorrerá em duas etapas: (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 1º. A primeira etapa consistirá em:

I - no caso de processo de desfazimento, é o momento em que o bem móvel não é mais utilizado e fica selecionado para o desfazimento; é realizada a baixa da vida útil, cessa a depreciação do bem e o mesmo é reclassificado da conta do ativo imobilizado para uma conta específica, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva; e

II - no caso de roubo, furto, extravio e sinistro, assim como no caso de morte de semovente, ocorrerá a baixa da vida útil seguida da cessação da depreciação e consequente reclassificação contábil do bem, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 2º. A segunda etapa consiste na baixa definitiva, que é o momento em que o bem móvel é efetivamente baixado do cadastro patrimonial, seu saldo é desconhecido contabilmente dos registros da Unidade Gestora e ocorre a exoneração de responsabilidade do servidor pela sua guarda e conservação. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

[...]

Art. 92. Com o objetivo de minimizar os custos com a reposição de bens do acervo, compete às Unidades Gestoras, através de seus setores de patrimônio e ouvidas as Unidades Administrativas, planejar, organizar e operacionalizar o plano integrado de manutenção e recuperação de bens, objetivando o melhor desempenho e maior longevidade da vida útil dos mesmos.

Parágrafo único. A manutenção periódica deve considerar as exigências constantes dos manuais técnicos de cada equipamento, a fim de se evitar o mau funcionamento e o sucateamento precoce do bem.

Trata-se de item essencial para a fiscalização e para o cumprimento das determinações estabelecidas no Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118).

39) O sistema possui todos os dados deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento. Que comprovem e detalhem a prestação dos serviços, acompanhando a cobrança;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.40

40) O sistema possui as informações necessárias a seguir: Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por localidade, por órgão/unidade contratante, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças, valor total de mão de obra e valor total da taxa de manutenção, consolidando a totalização geral do relatório;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

41) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Comparativo de valor negociado na ordem de serviço com último valor pago e valor de mercado apurado, com datas e especificação das peças;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.41.

Ao acessar a consulta comparativa diretamente na tela de orçamento, o sistema apresentou erro, não permitindo a exibição do detalhamento necessário. Em razão disso, não foi possível verificar a existência ou a efetividade da funcionalidade mencionada. Adicionalmente, na Ordem de Serviço, não foi possível identificar o valor de mercado apurado. A empresa informou que se encontra em tratativas para integrar o sistema de tabela de mercado (como o CILIA, ou similar) com o sistema de manutenção.

Informamos que os veículos pertencentes ao Estado são cadastrados com base no valor de mercado, sendo de vital importância para garantir a viabilidade financeira da manutenção dos mesmos, conforme consta no Ofício Circular 3 (relativo apenas aos novos cadastros) (0056325903). Este ofício visa assegurar que o Estado possa analisar a viabilidade econômica da manutenção ou não dos veículos.

Salientamos quanto a viabilidade financeira dos veículos, conforme disposto no Decreto n.24.041, DE 8 DE JULHO DE 2019 (alt. Dec 28.994) (0056325906): Alterado pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019, Decreto n° 28.162, de 26/5/2023 e pelo Decreto n° 28.994, de 21/3/2024., abaixo relacionados:

Art. 58. O bem inservível será classificado como:

I - antieconômico: aquele cuja a manutenção seja onerosa ou referido rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

II - irreparável: aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação, mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável à sua recuperação;

III - ocioso: aquele que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado; e

IV - recuperável: aquele que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou a devida análise de custo e benefício demonstre ser justificável à sua recuperação.

[...]

Art. 73 A baixa decorrerá do processo de desfazimento previsto no artigo 57 deste Decreto ou nos casos de furto, roubo, extravio, sinistro e em decorrência de morte no caso de semoventes e ocorrerá em duas etapas: (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 1º. A primeira etapa consistirá em:

I - no caso de processo de desfazimento, é o momento em que o bem móvel não é mais utilizado e fica selecionado para o desfazimento; é realizada a baixa da vida útil, cessa a depreciação do bem e o mesmo é reclassificado da conta do ativo imobilizado para uma conta específica, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva; e

II - no caso de roubo, furto, extravio e sinistro, assim como no caso de morte de semovente, ocorrerá a baixa da vida útil seguida da cessação da depreciação e consequente reclassificação contábil do bem, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 2º. A segunda etapa consiste na baixa definitiva, que é o momento em que o bem móvel é efetivamente baixado do cadastro patrimonial, seu saldo é desconhecido contabilmente dos registros da Unidade Gestora e ocorre a exoneração de responsabilidade do servidor pela sua guarda e conservação. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

[...]

Art. 92. Com o objetivo de minimizar os custos com a reposição de bens do acervo, compete às Unidades Gestoras, através de seus setores de patrimônio e ouvidas as Unidades Administrativas, planejar, organizar e operacionalizar o plano integrado de manutenção e recuperação de bens, objetivando o melhor desempenho e maior longevidade da vida útil dos mesmos.

Parágrafo único. A manutenção periódica deve considerar as exigências constantes dos manuais técnicos de cada equipamento, a fim de se evitar o mau funcionamento e o sucateamento precoce do bem.

42) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Comparativo de cotações/orçamentos, inclusive de acordo com preço praticado, e tabelas cadastradas;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.41.

Ao acessar a consulta comparativa diretamente na tela de orçamento, o sistema apresentou erro, não permitindo a exibição do detalhamento necessário. Em razão disso, não foi possível verificar a existência ou a efetividade da funcionalidade mencionada. Adicionalmente, na Ordem de Serviço, não foi possível identificar o valor de mercado apurado. A empresa informou que se encontra em tratativas para integrar o sistema de tabela de mercado (como o CILIA, ou similar) com o sistema de manutenção.

Informamos que os veículos pertencentes ao Estado são cadastrados com base no valor de mercado, sendo de vital importância para garantir a viabilidade financeira da manutenção dos mesmos, conforme consta no Ofício Circular 3 (relativo apenas aos novos cadastros) (0056325903). Este ofício visa assegurar que o Estado possa analisar a viabilidade econômica da manutenção ou não dos veículos.

Salientamos quanto a viabilidade financeira dos veículos, conforme disposto no Decreto n.24.041, DE 8 DE JULHO DE 2019 (alt. Dec 28.994) (0056325906): Alterado pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019, Decreto n° 28.162, de 26/5/2023 e pelo Decreto n° 28.994, de 21/3/2024., abaixo relacionados:

Art. 58. O bem inservível será classificado como:

I - antieconômico: aquele cuja a manutenção seja onerosa ou referido rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

II - irrecuperável: aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação, mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável à sua recuperação;

III - ocioso: aquele que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado; e

IV - recuperável: aquele que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou a devida análise de custo e benefício demonstre ser justificável à sua recuperação.

Art. 73 A baixa decorrerá do processo de desfazimento previsto no artigo 57 deste Decreto ou nos casos de furto, roubo, extravio, sinistro e em decorrência de morte no caso de semoventes e ocorrerá em duas etapas: (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 1º. A primeira etapa consistirá em:

I - no caso de processo de desfazimento, é o momento em que o bem móvel não é mais utilizado e fica selecionado para o desfazimento; é realizada a baixa da vida útil, cessa a depreciação do bem e o mesmo é reclassificado da conta do ativo imobilizado para uma conta específica, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva; e

II - no caso de roubo, furto, extravio e sinistro, assim como no caso de morte de semovente, ocorrerá a baixa da vida útil seguida da cessação da depreciação e consequente reclassificação contábil do bem, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

§ 2º. A segunda etapa consiste na baixa definitiva, que é o momento em que o bem móvel é efetivamente baixado do cadastro patrimonial, seu saldo é desconhecido contabilmente dos registros da Unidade Gestora e ocorre a exoneração de responsabilidade do servidor pela sua guarda e conservação. (Redação dada pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019)

Art. 92. Com o objetivo de minimizar os custos com a reposição de bens do acervo, compete às Unidades Gestoras, através de seus setores de patrimônio e ouvidas as Unidades Administrativas, planejar, organizar e operacionalizar o plano integrado de manutenção e recuperação de bens, objetivando o melhor desempenho e maior longevidade da vida útil dos mesmos.

Parágrafo único. A manutenção periódica deve considerar as exigências constantes dos manuais técnicos de cada equipamento, a fim de se evitar o mau funcionamento e o sucateamento precoce do bem.

Trata-se de item essencial para a fiscalização e para o cumprimento das determinações estabelecidas no Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118).

43) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Histórico de preço praticado por tipo de serviço/produto, linhas de fornecimento, (marcas)localidade e fornecedor credenciado;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

44) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Registro de garantia de peças e serviços, com descrição das mesmas e se possível com datas de início e vencimento;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

45) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Histórico de orçamentos;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

46) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Relatório de custos por tipo de veículo, órgão/unidade contratante, período, veículos, localidade, estabelecimento e centro de custo;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

47) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Composição de frota por órgão/unidade contratante, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, marca, centro de custo, placas, datas de compra e cedência, depreciação, valor de mercado, motorista e demais dados de identificação;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.41

Durante a apresentação do sistema pela empresa, não foram apresentados os itens contendo as datas de compra e cedência, informações de suma importância, considerando o prazo de devolução e os centros de custo.

Informamos que os veículos pertencentes ao Estado são cadastrados com base no valor de mercado, sendo de vital importância para garantir a viabilidade financeira da manutenção dos mesmos, conforme consta no Ofício Circular 3 (relativo apenas aos novos cadastros) (0056325903). Este ofício visa assegurar que o Estado possa analisar a viabilidade econômica da manutenção ou não dos veículos.

Salientamos quanto a viabilidade financeira dos veículos, conforme disposto no Decreto n.24.041, DE 8 DE JULHO DE 2019 (alt. Dec 28.994) (0056325906): Alterado pelo Decreto n° 24.476, de 20/11/2019, Decreto n° 28.162, de 26/5/2023 e pelo Decreto n° 28.994, de 21/3/2024., abaixo relacionados:

Art. 58. O bem inservível será classificado como:

I - antieconômico: aquele cuja a manutenção seja onerosa ou referido rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento;

II - irreparável: aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação, mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável à sua recuperação;

III - ocioso: aquele que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado; e

IV - recuperável: aquele que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou a devida análise de custo e benefício demonstre ser justificável à sua recuperação.

[...]

Art. 73 A baixa decorrerá do processo de desfazimento previsto no artigo 57 deste Decreto ou nos casos de furto, roubo, extravio, sinistro e em decorrência de morte no caso de semoventes e ocorrerá em duas etapas: (Redação dada pelo Decreto nº 24.476, de 20/11/2019)

§ 1º. A primeira etapa consistirá em:

I - no caso de processo de desfazimento, é o momento em que o bem móvel não é mais utilizado e fica selecionado para o desfazimento; é realizada a baixa da vida útil, cessa a depreciação do bem e o mesmo é reclassificado da conta do ativo imobilizado para uma conta específica, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva; e

II - no caso de roubo, furto, extravio e sinistro, assim como no caso de morte de semovente, ocorrerá a baixa da vida útil seguida da cessação da depreciação e consequente reclassificação contábil do bem, enquanto aguarda a conclusão do processo de baixa definitiva. (Redação dada pelo Decreto nº 24.476, de 20/11/2019)

§ 2º. A segunda etapa consiste na baixa definitiva, que é o momento em que o bem móvel é efetivamente baixado do cadastro patrimonial, seu saldo é desconhecido contabilmente dos registros da Unidade Gestora e ocorre a exoneração de responsabilidade do servidor pela sua guarda e conservação. (Redação dada pelo Decreto nº 24.476, de 20/11/2019)

[...]

Art. 92. Com o objetivo de minimizar os custos com a reposição de bens do acervo, compete às Unidades Gestoras, através de seus setores de patrimônio e ouvidas as Unidades Administrativas, planejar, organizar e operacionalizar o plano integrado de manutenção e recuperação de bens, objetivando o melhor desempenho e maior longevidade da vida útil dos mesmos.

Parágrafo único. A manutenção periódica deve considerar as exigências constantes dos manuais técnicos de cada equipamento, a fim de se evitar o mau funcionamento e o sucateamento precoce do bem.

Trata-se de item essencial para a fiscalização e para o cumprimento das determinações estabelecidas no Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118).

48) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Relação completa e discriminada de rede credenciada, por localidade e linhas de fornecimento, contendo razão social, nome fantasia, endereço, telefone, contato, e-mail, data de credenciamento, valor faturado e ocorrências registradas;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.41.

Não consta no sistema a opção de registro de ocorrências e não possibilita o bloqueio de oficinas que tenham ocorrências e processos de danos ao erário por diversos motivos: utilização de peças remanufaturadas, que cancelam OS já aprovada com muita rotina, e que causam prejuízo a administração. Ferindo o princípio da eficiência.

Conforme mencionado na reunião (03:32:00) é realizado uma auditoria interna, no entanto, o item para registro de ocorrência é essencial para fiscalização e tomada de decisão principalmente com credenciadas que não prestam um bom serviço, onde o Gestor poderá avaliar o tipo de serviço realizado. Como diversas outras situações de fiscalizações.

Item essencial para fiscalização e atendimento ao Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118).

49) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Tempo de imobilização do veículo, com comparativo de datas entre solicitação de orçamento, orçamento, ordem de serviço, data de execução/retirada do veículo, data de faturamento;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

50) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Custo por tipo de manutenção;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

51) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Custo global, mensal e anual de serviços e peças em geral, por veículo, por tipo de veículo, por porte de veículo, por órgão/unidade contratante e por localização;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41

52) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, conforme os valores efetivamente faturados mediante Ordens de Serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, por linha de fornecimento e por localidade;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.41.

A empresa apresentou uma planilha em formato Excel contendo os dados solicitados. Contudo, no sistema, não é possível realizar filtros de pesquisa por **linha de fornecimento e localidade**. A título exemplificativo, não é possível pesquisar o valor de uma bateria utilizando filtros específicos, sendo necessário, para tanto, realizar o download de uma planilha para efetuar a pesquisa. Tal circunstância demonstra a falta de eficiência do sistema, cuja operação se apresenta de forma manual e dificultosa.

Esse é um dos principais Itens para fiscalização e atendimento ao Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118):

Para mitigar o risco de **cartelização** entre oficinas credenciadas, o que poderia resultar na elevação dos preços e onerar o contratante público, tendo uma comparação com os valores de mercado.

60. Importa registrar, por oportuno, que a par de visitas realizadas por esta Corte de Contas, e durante as atividades rotineiras das equipes de controle, foram recebidas informações, tanto de gestores municipais quanto de autoridades estaduais, as quais revelam risco elevado da ocorrência de irregularidades, ante a possibilidade de desvios, enriquecimento ilícito e dano ao erário, nos contratos decorrentes de procedimentos licitatórios em que se praticam taxas de administração negativas.

61. Isto porque, conquanto estejam as empresas contratadas para prestação dos serviços de gerenciamento de frotas autorizadas a ofertar taxas de administração negativas, esta conduta tornaria, em certos casos, inexequíveis os contratos rmados.

62. Assim, com a nalidade de arcar com os custos da prestação dos serviços e obter lucro, as gerenciadoras embutem tais valores nos produtos/serviços, repassando-os à administração pública, com a práca de preços superiores aos correntes no mercado, bem como por meio da ulização de taxas secundárias, sem previsão contratual, junto à rede credenciada.

63. Para evitar esses possíveis reexos negavos e danosos, compete ao controle interno dos entes federavos a priorização do acompanhamento da execução desses contratos, mediante a realização de pesquisas periódicas dos preços de mercado, e eventual interdição/suspensão dos pagamentos que sobejem os valores usualmente pracados.

64. Ademais, deve-se demandar a publicação eletrônica da relação dos fornecedores dos produtos objeto dos contratos rmados, e de seus preços, de modo a assegurar que a escolha pelas empresas se dê de maneira impessoal, isonômica e com base no valor Esclarecimentos adicionais sobre a matéria poderão ser obdos acessando-se os referenciados autos, que estão disponíveis, em sua íntegra, no portal do TCE-RO na internet, no endereço www.tce-ro.gov.br, no Sistema de Processo de Contas

Eletrônico (PCE), no link "Consulta Processual". [...]

II - Alertar os responsáveis para que atendem quanto ao adequado planejamento das contratações, de forma a evitar incidentes indesejáveis, como aditamentos contratuais desnecessários, contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão, dentre outras práticas arbitrárias e lesivas ao dinheiro público, em consonância com as leis que regem as licitações, bem como com as boas práticas introduzidas pela Instrução Normativa nº 05 de 2017 do MPOG;

Importante citar que são requisitos para gestão e fiscalização, quanto as sobretaxas e taxas de antecipação não sejam repassadas para o estado.

9.3.3. Essa determinação impõe uma limitação rigorosa para as taxas secundárias, também conhecidas como "taxa de administração", "taxa de repasse", "taxa de uso do cartão", "taxa de comissão" ou qualquer outra denominação atribuída pela Contratada às Credenciadas. Independentemente da natureza ou do nome, a restrição visa assegurar a equidade e a transparência nas relações contratuais, protegendo os interesses da administração pública e garantindo uma remuneração justa à Rede Credenciada.

53) No sistema os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter: Tabela Tempária (Ou Catálogo tempário -Catálogo de Tempo de Serviço- é uma coletânea de tempos para a execução de serviços que irão servir como parâmetro nos orçamentos. O Catálogo permite que os prestadores de serviços que dele se utilizem tenham um tempo padrão) e Tabela de preços das concessionárias ou fabricantes de peças (AUDATEX MOLICAR ou outros), cadastrada no sistema;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.41.

A empresa apresentou o sistema denominado CILIA, no qual a pesquisa é realizada por meio da identificação da placa. Contudo, observou-se que, na interface do sistema, não é exibido o valor correspondente à peça ou serviço consultado, assim durante a apresentação do sistema pela empresa, restringiu-se a apresentação de um link para acesso ao sistema CILIA.

Assim, a solução apresentada pela empresa revela-se impraticável, em virtude da elevada demanda do contrato e da morosidade nas consultas às tabelas externas (como **Audatex, Cilia**, entre outras), as quais devem ser realizadas por item.

Observa-se que os Itens abaixo, em destaque, que foram impugnados, são relatórios básicos para uma gestão eficiente, procedimentos de fiscalização e controle.

5.7.41. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo de eventuais e necessárias alterações e adequações que devem ser solicitadas à Contratada, mediante atendimento das necessidades da Contratante:

- a) Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por localidade, por órgão/unidade contratante, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças, valor total de mão de obra e valor total da taxa de manutenção, consolidando a totalização geral do relatório;
- b) Ordens de serviço cadastradas;
- c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço com último valor pago e valor de mercado apurado, com datas e especificação das peças;
- d) Comparativo de cotações/orçamentos, inclusive de acordo com preço praticado, e tabelas cadastradas;
- e) Histórico de preço praticado por tipo de serviço/produto, linhas de fornecimento, (marcas)localidade e fornecedor credenciado;
- f) Registro de garantia de peças e serviços, com descrição das mesmas e se possível com datas de início e vencimento;
- g) Histórico de orçamentos;
- h) Relatório de custos por tipo de veículo, órgão/unidade contratante, período, veículos, localidade, estabelecimento e centro de custo;
- i) **Composição de frota por órgão/unidade contratante, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, marca, centro de custo, placas, datas de compra e cedência, depreciação, valor de mercado, motorista e demais dados de identificação;**
- j) **Relação completa e discriminada de rede credenciada, por localidade e linhas de fornecimento, contendo razão social, nome fantasia, endereço, telefone, contato, e-mail, data de credenciamento, valor faturado e ocorrências registradas;**
- k) Tempo de imobilização do veículo, com comparativo de datas entre solicitação de orçamento, orçamento, ordem de serviço, data de execução/retirada do veículo, data de faturamento;
- l) Custo por tipo de manutenção;
- m) Custo global, mensal e anual de serviços e peças em geral, por veículo, por tipo de veículo, por porte de veículo, por órgão/unidade contratante e por localização;
- n) **Tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, conforme os valores efetivamente faturados mediante Ordens de Serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, por linha de fornecimento e por localidade;**
- o) **Tabela Tempária (Ou Catálogo tempário -Catálogo de Tempo de Serviço- é uma coletânea de tempos para a execução de serviços que irão servir como parâmetro nos orçamentos. O Catálogo permite que os prestadores de serviços que dele se utilizem tenham um tempo padrão) e Tabela de preços das concessionárias ou fabricantes de peças (AUDATEX MOLICAR ou outros), cadastrada no sistema;**

Salientamos que os requisitos estabelecidos nos relatórios previstos no subitem 5.7.41 do Termo de Referência são essenciais para garantir uma gestão eficiente e transparente do contrato, especialmente no que se refere aos procedimentos de fiscalização. Esses relatórios permitem que a Administração Pública verifique mensalmente o cumprimento das regras estabelecidas, assegurando que não haja cobranças superiores às contratadas, evitando prejuízos ao erário público. Além disso, possibilitam a fiscalização da rede credenciada, garantindo que os valores praticados para serviços e peças estejam de acordo com os preços de mercado, prevenindo distorções ou sobrepreços indevidos.

A análise detalhada dos relatórios também permite comparar os valores cobrados pela rede credenciada, averiguar o cumprimento pelo gerenciadora dos valores de taxas administrativas e taxa de repasse junto a sua rede credenciada. Evitando qualquer sobreposição de valores, à aqueles preestabelecidos.

Dessa forma, assegura-se que a gestão contratual esteja alinhada aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal.

Portanto, a exigência desses requisitos não apenas fortalece os mecanismos de controle da Administração Pública, mas também protege o interesse coletivo, garantindo que a execução do contrato ocorra de maneira transparente, responsável e economicamente vantajosa, sem comprometer os recursos públicos.

54) O sistema deve gerar todos os relatórios devem a partir de período preestabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo Excel.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.42

55) O sistema deve gerar Relatórios de Extrato analítico / sintético por centros de custo, contendo todos os serviços de manutenção, individualmente discriminados por veículo, apresentando data, hora, local, quilometragem atual, além de relatório completo das peças substituídas, componentes, materiais, mão-de-obra, preços cobrados e serviços empregados;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.43

56) O sistema deve gerar Relatório Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.43

57) O sistema deve gerar Relatório permanente e atualizado da rede credenciada para acesso livre na internet, incluindo os dados de localização, contatos, endereço e os serviços que podem ser realizados em cada estabelecimento;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.43

58) O software de gerenciamento da frota deve permitir a manutenção dos cadastros, parametrização de cartões e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços, em cada base operacional do sistema, determinada em número mínimo de um para cada órgão do Governo do Estado de Rondônia;

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item no Item 5.7.44.

O sistema não permite a parametrização dos veículos locados, apesar de, conforme especificado no Termo de Referência, ser permitido apenas o serviço de lavagem. Foi demonstrado apenas um tipo de parametrização, o qual se dá com base no valor. Tal item está previsto no Item 5.3 do Termo de Referência:

5.3. Os serviços abrangerão todos os veículos oficiais da Frota do Estado, conforme listados na Planilha de Veículos Cadastrados (0047497188). Isso inclui tanto os veículos pertencentes à frota própria quanto os veículos cautelados judicialmente e utilizados pelo Governo do Estado, com exceção dos veículos locados, que serão atendidos apenas com serviços de lavagem. Além disso, quaisquer outros veículos adquiridos ou disponibilizados judicialmente para a frota durante o período de vigência contratual também estarão cobertos pelo instrumento de contrato que será formalizado.

A ausência de parametrização dos veículos locados pode ocasionar problemas, como a abertura indevida de Ordens de Serviço. Isso ocorre, uma vez que a manutenção dos veículos locados é de responsabilidade exclusiva das empresas locadoras.

59) No sistema informa: a placa ou número do veículo será identificado, juntamente com a verificação da consistência dos valores do hodômetro, capacidade do tanque do veículo, mercadorias e serviços autorizados para aquisição específica para cada veículo da frota da Unidade Contratante, além do valor pretendido da compra e a quantidade e tipo de mercadoria ou serviço adquirido;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.48

60) O sistema, após a operação, o portador deve digitar a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um termo impresso pelo equipamento como comprovante da transação, contendo todas as informações relevantes sobre a compra de mercadorias e serviços realizados no estabelecimento;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.49

61) O motorista ao levar e retirar o veículo na credenciada deverá digitar senha de acesso constando nome do Motorista, data e hora, dentro da Ordem de Serviço, a senha deverá ser individual.

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.51.

No sistema apresentado, ao realizar a retirada do veículo, não é exigido o uso de senha pelo motorista, o que contraria as especificações previstas no Item 5.7 do Termo de Referência:

5.7.48. O cartão com senha é utilizado para facilitar a utilização do veículo, permitindo que o portador apresente o cartão ao estabelecimento credenciado. Através do equipamento da Contratada, a placa ou número do veículo será identificado, juntamente com a verificação da consistência dos valores do hodômetro, capacidade do tanque do veículo, mercadorias e serviços autorizados para aquisição específica para cada veículo da frota da Unidade Contratante, além do valor pretendido da compra e a quantidade e tipo de mercadoria ou serviço adquirido.

5.7.49. Após a operação, o portador deve digitar a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um termo impresso pelo equipamento como comprovante da transação, contendo todas as informações relevantes sobre a compra de mercadorias e serviços realizados no estabelecimento.

5.7.50. É importante ressaltar que o cartão com senha é de suma importância, pois apenas com a matrícula do servidor a credenciada poderá abrir uma ordem de serviço sem a necessidade de solicitação adicional do servidor. O uso do cartão também é fundamental para registrar tanto a entrega quanto a retirada do veículo na oficina, registrando o motorista responsável em ambos os momentos.

5.7.51. O motorista ao levar e retirar o veículo na credenciada deverá digitar senha de acesso constando nome do Motorista, data e hora, dentro da Ordem de Serviço, a senha deverá ser individual.

5.7.52. Toda Tramitação da Ordem de Serviço deverá constar os dados da pessoa que fez a transação.

62) O sistema deve mostrar toda Tramitação da Ordem de Serviço deverá constar os dados da pessoa que fez a transação

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.52

63) O sistema possui Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscalizadores indicados pelo Gestor do Contrato.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.53

64) O sistema deve permitir a autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.53

65) O sistema possui bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela contratante, mediante senha/rotina específica

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.53

66) O sistema deve permitir troca periódica ou validação de senha pessoal;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.53

67) O sistema deve permitir Cancelamento e cadastramento de senha somente pela unidade autorizada, definida pelo Gestor do Contrato.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.53

68) O sistema possui manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, em idioma português, na quantidade de órgãos/unidades contratantes, bem como para toda a rede credenciada, conforme a necessidade, sem desconsiderar o manual eletrônico que deverá estar sempre disponível no ambiente web.

Resultado: **N – NÃO SATISFATÓRIO (0,5 pontos)**

Atende parcialmente o especificado no Item 5.7.55.

Para a rede credenciada, não foi apresentado manual no **ambiente web** sistema. Como solução, foram oferecidos vídeos no canal do **YouTube** e um **SAC** que, supostamente, e de acordo com as informações dos representante da empresa, funciona 24 horas. No entanto, tal solução não atende de maneira integral, uma vez que o manual no sistema tem como objetivo facilitar a busca por parte dos gestores e credenciados, evitando, assim, o congestionamento do **SAC** e promovendo maior eficiência no atendimento.

69) O sistema possui o histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, permitindo o backup dos dados e restauração dos mesmos, para não haver risco de descontinuidade;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.60

70) O sistema deve gerar backup mensal dos dados e histórico total das operações, disponibilizada pela Contratada em planilha eletrônica e no formato de arquivo original, acompanhando a fatura de pagamento, para resguardar a segurança de manutenção dos dados, sendo que, alternativamente, poderá viabilizar campo próprio para backup e exportação dos dados on-line ou acesso à pasta de backup com senha a servidor credenciado para efetuar a operação;

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 5.7.61

71) O sistema possui credenciadas em todo o território nacional.

Resultado: **NA – NÃO ATENTE (0 pontos);**

Empresa não demonstrou as empresas cadastradas no sistema, porém, utilizou funções do sistema para gerar planilhas em Excel, que por sua vez certificou o cadastro de alguns estados como: RO, AC, MG, RS E SP (minuto 00:38:40 da Reunião). Vale ressaltar que não ficou demonstrado se as empresas cadastradas eram objeto deste contrato (oficinas de manutenção e serviço). A empresa efetuou vários logins diferentes, e demonstrava planilhas de Excel extraídas de outros acessos. Posteriormente, ao ser questionada para abrir e demonstrar as empresas, apareceu postos de Gasolina e não Oficinas mecânicas (04:34:22 da Reunião).

Na apresentação do sistema a empresa deveria apresentar credenciadas cadastradas em todo o território nacional. No entanto conforme Item 5.7.5 do cronograma deverá ter a quantidade mínima de oficina credenciadas por município (Rondônia) devido ser a maior demanda, conforme quadro dispostas no item 9.1.29. QUADRO B. Destaco que o sistema já deveria conter vinculado nos cadastros, várias empresas dentro de todo o território nacional, referente somente ao o objeto do contrato (oficinas de manutenção e serviço).

Ao demonstrar no sistema a pesquisa por localidade somente tinham cadastradas oficinas do estado de Rondônia e Acre. Não foi demonstrado pela UZZIPAY as concessionárias credenciadas.

Antes da apresentação do sistema foi respondido o questionamento da empresa sobre oficinas em todas as localidades, através do Termo Resposta - UZZIPAY (0057460065).

A empresa é ciente desta necessidade visto que a detentora do Termo de Contrato 1551 (0055472251), Termo de Referência 0049481400, cujos os veículos realizam viagens terrestres em todo território nacional. Vale ressaltar que temos a Secretaria Especial de Integração do Estado de Rondônia - SIBRA, em Brasília-DF.

8.12. A Superintendência SUGESP, juntamente com os órgãos participantes, estão buscando contratar uma empresa para gerenciar o abastecimento de veículos, incluindo ARLA. O objetivo não é apenas fornecer combustíveis para a frota de veículos da Administração Pública de Rondônia, mas também permitir que eles sejam abastecidos dentro e fora do estado.

8.13. Vale ressaltar que temos a Secretaria Especial de Integração do Estado de Rondônia em Brasília - SIBRA , localizada em Brasília/DF. A contratação também permitirá que a Superintendência SUGESP e os órgãos participantes tenham acesso a um sistema informatizado que forneça informações precisas e seguras sobre a frota, facilitando o controle e auxiliando na tomada de decisões gerenciais relacionadas aos veículos, rotas e motoristas.

72) O modelo da Nota fiscal apresentado, informando como será o seu faturamento, atende as necessidades da equipe técnica e Financeira da SUGESP.

Resultado: **SATISFATÓRIO (1 Ponto)**

Atende conforme estabelecido no Termo de referência no Item 27.19

Foi analisado pela SETIC, através do Processo nº0042.001608/2025-21, na Nota Técnica 5 (0059327168):

Trata-se de contratação de empresa de intermediação de negócios de sistema de gerenciamento de frotas cujo objeto detalhado da contratação consta no termo de referência 0058086875, da seguinte forma:

Contratação de empresa especializada em Sistema de Autogestão de Frota, de maneira contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado.

E

Os serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias.

Os serviços a serem contratados serão remunerados da seguinte forma:

Os serviços de Gerenciamento do Sistema de Autogestão de Frota serão remunerados por meio de uma "taxa de administração."

Durante a reunião de apresentação da empresa interessada no certame, foi-nos apresentado os informativos a seguir:

- **Relatório de retenções:**

R\$	12.416,07	R\$	20.438,89	R\$	634,09	R\$	-			
PEÇA	VALOR BRUTO	OPTANTE SIMPLES	TIPO ENTIDADE	RET. FEDERAL	RET. ISS	UNIDADE	SUBUNIDADE	EMPENHO		
R\$ 5.191,58	R\$ 10.321,58	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 308,54	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2714-2024		
R\$ 5.229,49	R\$ 8.122,31	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 201,61	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2714-2024		
R\$ 1.995,00	R\$ 1.995,00	NÃO	MUNICIPAL	R\$ 23,94	R\$ -	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONVÊNIO Nº 585-2024-PGE-DERADM-FITHA	2712-2024		

- **Fatura e Nota fiscal – intermediadora - (0059229579):**

 <p>UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA Endereço: AVENIDA BOTE DE SETEMBRO, 2489 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS PORTO VELHO CNPJ: 05.584.660/0001-04 Email: no-reply.financeiro@uzzipay.com</p>	<p>FATURA</p> <p>Nº 5563</p> <p>Emissão: 05/02/2025</p>
<p>DESTINATÁRIO</p> <p>Razão Social/Nome Cliente: MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA</p> <p>Endereço: AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO</p> <p>Cidade: ROLIM DE MOURA</p>	<p>CNPJ/CPF: 04.394.805/0001-18</p> <p>Bairro: AVENIDA JOAO PESSOA, Nº 4478 - CENTRO</p> <p>Inscrição Estadual</p> <p>CEP: 76940-000</p> <p>UF: RO</p>
<p>CONTRATO</p> <p>Número</p>	<p>PAGAMENTO</p> <p>Vencimento</p>
<p>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>TAXA ADMINISTRACAO - (GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO - GRUPO) CONVÊNIO Nº 585/2004-POE-GERACAO- FHTA - SERVIÇOS / SUBTOTAL R\$ 8.922,82 / TAXA ADM -R\$ 802,28 / VALOR LÍQUIDO R\$ 7.220,54 / PERÍODO DE FECHAMENTO Janeiro 2025 / EMPENHO: 2714)</p>	

Trib aprox R\$: 971,16 Fed, R\$ 0,00 Est e R\$ 0,00 Mun. Fonte: IBPT/RO 1906AA			
I			
Valor Desconto		0.00	Valor Total R\$ 7.220,54
OBSERVAÇÕES			
NS:464017			
Retenções Federais: Vir. PIS R\$ 0,00 Vir. COFINS R\$ 0,00 Vir. CSLL R\$ 0,00 Vir. IRRF R\$ 0,00			



CNPJ: 05884660000104 Inscr. Municipal: 14221708
UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA
AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 2489 - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
Cidade: PORTO VELHO
Fone: 69 32169653
E-mail: no-reply.financeiro@uzzipay.com
Site: UZZIPAY CONVENIOS

UF: RO

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)

CPF/CNPJ: 03693136000112 Inscrição Municipal: Insc. Estadual:
Nome/Razão Social: SUPER DE GEST DE SUP LOGIST E GAST PUB ESSENC
Endereço: AVENIDA AV FARQUAR, Nº 2986 - PEDRINHAS
Município: PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801470
Telefone: 69 32165006 E-mail: gma@hotmail.com

O.S.: 0
Placa:
Chassi:
KM: 0
Pgto: COMISS
Vend.:

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):

MANUTENÇÃO PEÇAS - REFERENTE AO GERENCIAMENTO DE MANUTENÇ
MANUTENÇÃO SERVIÇO - REFERENTE AO GERENCIAMENTO DE MANUTEN
Trib aprox R\$: 0,00 Fed, R\$ 0,00 Est e R\$ 0,00 Mun. Fonte: IBPT/RO F11483

Qtde Valor Uni
1,0000
1,0000

Valor dos Serviços:

R\$ 0,02

Valor dos Serviços:

(-) Descontos: R\$ 0,00
(-) Retenções Federais: R\$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte: R\$ 0,00
(+) Despesas Acessórias:
Valor Líquido: R\$ 0,02

(-) Deduções: R\$
(-) Desconto Incondicionado:
(-) Base de Cálculo:
(x) Alíquota ISS:
Valor do ISS

Retenções Federais:

PIS: R\$ 0,00

COFINS: R\$ 0,00

CSLL: R\$ 0,00

IRRF: R\$ 0,00

Nota fiscal – rede credenciada - (0059276982):

HIDRAULICA RONDONIA LTDA		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		CONTROLE DO FISCO	
RUA PAU FERRO, 441 - ANEXO 01 - ELDORADO, Porto Velho, RO - CEP: 76811742		0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.000.612 SÉRIE: 1 Página 1 de 1		 CHAVE DE ACESSO 1125 0434 0426 5800 0188 5500 1000 0006 1 Consulta de autenticidade no portal na NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal/ da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS DE MERC ADQ DE TERCEIROS		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 211250008140512 - 08/04/2025 14:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 00000005406269		CNPJ / CPF 34.042.658/0001-88			
DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF		DATA DA E	
NOME/RAZÃO SOCIAL UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA		05.884.660/0001-04		08/04/	
ENDEREÇO AV SETE DE SETEMBRO, 2489 -		BAIRRO/DISTRITO NOSSA SRA DAS GRAÇAS		CEP 76804-141	
MUNICÍPIO Porto Velho		FONE/FAX		UF RO	
FATURA		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DE E	
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	
780,00		152,10		0,00	
VALOR DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL D	
0,00		0,00			
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO	
0,00		0,00		0,00	
OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR DO IPI		VALOR TOTAL D	
0,00		0,00			

Para efeito de incidência e cálculo do Imposto de Renda a ser retido no caso em tela é pertinente ressaltar que, dada a natureza da operação de intermediação de negócios, trata-se de duas incidências distintas a serem consideradas:

Serviço de intermediação;

Serviço de manutenção e peças;

O Primeiro diz respeito ao serviço de "gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado", o que, no entendimento desta equipe técnica, se configura como intermediação de negócios, prevista no item 30 do Anexo I da IN nº 34/25/COTES/SEFIN.

Quanto aos serviços de manutenção e peças, é necessário caracterizar os serviços individualmente para definir a incidência do IR, os quais podem ser classificados nas seguintes hipóteses de incidência:

Serviço sem fornecimento de peças: Item 34 do Anexo I de IN nº 34/25;

Fornecimento de peças: **Item 9 do Anexo I** da IN nº 34/35; e
Serviços com fornecimento de peças: **Item 3 do anexo I** da IN nº 34/35.

Especificamente quanto ao item c) acima descrito, é necessário atender aos requisitos necessários, previstos no item 6.6 da IN nº 34/25:

Considera-se para fins desta Instrução Normativa:

I - serviços prestados com emprego de materiais, os serviços cuja prestação envolva o fornecimento pelo contratado de materiais, desde que tais materiais estejam discriminados no contrato ou em planilhas à parte integrante do contrato, e na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços;

Quanto à análise dos documentos apresentados pela empresa, para efeito de retenção e recolhimento de imposto de renda essa coordenadoria entende que:

O documento fiscal dos serviços prestados pela contratada, **os quais entende-se como de intermediação de negócios**, tendo como **emitente** do documento a intermediadora UZZIPAY e como **destinatário** o órgão estadual, deve-se destacar o imposto de renda referente aos serviços próprios, isto é, **restritos aos serviços de “gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado”**, ainda que na hipótese de nota fiscal emitida com valor zerado;

O documento fiscal dos **serviços prestados pela rede credenciada**, entendidos aqueles de “serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias”, tendo como **emitente do documento fiscal o prestador do serviço** (rede credenciada) e como destinatário a intermediadora de negócios, **não haverá a retenção de imposto de renda** prevista no art.64 da Lei Federal nº 9.430/96, **por se tratar de relação privada**, que, de acordo com o entendimento desta equipe técnica, não há vínculo jurídico com o Estado de Rondônia.

A partir disso, o imposto de renda a ser retido nos pagamentos realizados à rede credenciada, **será possível através de fatura/relatório a ser fornecido pela intermediadora, UZZIPAY, contendo, no mínimo, as informações individualizadas por contribuinte**, necessárias para a retenção do IR:

Cnpj e nome do prestador do serviço (contribuinte);

Valor bruto a ser pago ao prestador;

Período considerado para apuração do valor cobrado;

Imposto de renda a ser retido;

Indicação na hipótese de dispensa de retenção do IR, como no caso de contribuinte optante pelo regime de tributação simplificado – Simples Nacional, no momento do pagamento;

É imperioso ressaltar que o objeto da contratação do serviço em questão, **outroa foi objeto de manifestação jurídica pela Procuradoria Geral do Estado**, quanto à incidência do Imposto de Renda, através do parecer nº 36 (0039203588), o qual fundamenta que, na forma que o contrato foi realizado, fica afastada a possibilidade de caracterização de intermediação de negócios, conforme a seguir:

Assim, é possível observar a necessidade de diferenciar 02 (dois) serviços advindos do mesmo contrato, quais sejam (i) o serviço de “facilitação” da contratação dos demais serviços e (ii) o efetivo serviço de manutenção de veículos.

Em relação ao serviço prestado pela contratada, pode-se dizer que, embora seja um contrato inominado, este se aproxima do contrato de corretagem, nos termos da norma do artigo 722 do Código Civil. Nesse diapasão, inclusive, a melhor Doutrina promove salutar distinção entre a corretagem e a mera prestação de serviços, o que é bastante útil ao caso em análise.

A única incumbência do mediador é a de aproximar as partes, e, após essa aproximação, deverá o mediador deixar que os interessados concluem o negócio jurídico, por si, ou por meio de seus respectivos procuradores, ao passo que “o corretor exerce uma profissão não restrita somente à aproximação, mas de encaminhamento total das questões relativas ao negócio” (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado, São Paulo: RT, 2012, Volume 43, p. 242).

Ainda conforme Pontes de Miranda,

“a função de corretor é mais intensa do que a de mediador. O corretor faz comunicações de conhecimento aos clientes, quanto à conclusão do negócio jurídico. Não representa, nem apresenta, nem só medeia (...) o corretor “aproxima, estimula, convence, afasta dúvidas e dificuldades” (Ob. cit., Volume 43, p. 242).

[...]

No caso, verifica-se que, embora o agente público escolha entre orçamentos apresentados dentro do sistema de gerenciamento, a própria empresa gerenciadora contratada é quem contrata o serviço de manutenção junto à empresa credenciada.

Sendo assim, os serviços prestados pela empresa contratada distanciam-se da mera função de intermediação de compra ou, até mesmo, da simples instituição de arranjo de pagamento entre o interessado pelo serviço final (Estado) e o fornecedor do serviço final (oficina). Com efeito, a contratada atua efetivamente no negócio jurídico final (contratação do serviço de manutenção).

Sendo assim, **recomenda-se nova análise jurídica sobre a contratação, quanto ao entendimento legal do negócio.**

Outros apontamentos - Sugestão de previsão contratual.

Necessidade de informação nos relatórios a serem disponibilizados:

Incluir a responsabilidade de destaque do imposto de renda nos pagamentos a serem realizados para cada prestação dos serviços prestados, contendo o valor devido e o Imposto de renda destacado;

A indicação, na hipótese de o prestador de serviço ser optante pelo regime de tributação simplificado - Simples Nacional, ou qualquer outro caso de isenção ou imunidade;

Informação, no campo de informações complementares ou outras informações do documento fiscal emitido pela UZZIPAY, de que a taxa de administração é zerada

Da conclusão

Esta coordenadoria entende, a partir dos modelos de documentos fiscais apresentados, que a nota fiscal 0059229579, tendo como emitente a UZZIPAY, em relação aos serviços de gerenciamento, e a nota fiscal 0059276990 tendo como emitente o prestador de serviço da rede credenciada e como destinatário a UZZIPAY estão em harmonia com a legislação do Imposto de renda, por se tratar da hipótese de intermediação de negócio, enquanto a retenção do imposto deverá ser realizada a partir de relatório/fatura anexos ao documento fiscal contendo as informações necessárias para o cálculo e retenção do imposto de renda.

Todavia, considerando os aspectos jurídicos envolvidos, **sugerimos** que a situação seja submetida à análise da Procuradoria Geral do Estado, a fim de que se **manifeste quanto ao enquadramento da empresa contratada na hipótese jurídica de intermediação de negócios.**

4. PONTUAÇÃO OBTIDA

- **S – SATISFATÓRIO** (1 pontos) = 47 itens = 47 Pontos
- **N – NÃO SATISFATÓRIO** (0,5 pontos) = 23 Itens x 0,5 = 11,5 Pontos
- **NA – NÃO ATENTE** (0 pontos); = 2 Itens = 0 Pontos

TOTAL: 58,5 pontos

- **Resposta desejável:** Não pode conter nenhum item NA, e no mínimo 64 Pontos.

5. OBSERVAÇÕES

O objeto do contrato refere-se à Contratação de empresa especializada em Autogestão de Frota, de forma contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos. Esse serviço deve ser prestado por meio de um sistema informatizado, com software acessível em tempo real pela internet, integrado a tecnologias como cartão magnético com senha, cartão digital com senha ou outro dispositivo disponível no mercado.

Considerando a magnitude do contrato, destaca-se que apenas no ano de 2024 foram registradas: 13.470 Ordens de Serviço processadas via sistema de autogestão e 53.880 cotações realizadas pelos órgãos que utilizam o serviço de manutenção veicular.

Diante desse volume de operações, um sistema sem banco de dados eficiente poderia gerar graves prejuízos à Administração Pública, comprometendo a observância aos princípios da administração pública, a integridade das informações e a segurança dos processos administrativos.

Importante ressaltar que os itens 1 e 2 do Checklist (Empresa UZZIPAY) Preenchido (0059123853 (0059123926) não impõe um banco de dados específico, mas apenas exemplifica soluções tecnológicas adequadas. O texto do Termo de Referência permite a utilização de sistemas similares, desde que garantam robustez, estabilidade e segurança para a aplicação.

Desse modo, o Item 5.7.2 do Termo de Referência não exige um banco de dados específico, apenas exemplifica tecnologias recomendadas, permitindo soluções similares desde que garantam segurança, desempenho e continuidade operacional. No entanto, não foi apresentado pela empresa a documentação para conferência do servidor integrante da Comissão, conforme consta em Ata de Reunião 0059118809. A exigência desse critério é fundamental para garantir a eficiência, a legalidade e a economicidade do contrato, evitando riscos técnicos, operacionais e financeiros para a Administração Pública.

A exigência desse critério tem os seguintes objetivos:

- a) **Mitigar riscos operacionais**, assegurando que a solução escolhida tenha desempenho adequado diante da alta demanda;
- b) **Evitar o uso de tecnologias descontinuadas**, que poderiam comprometer a segurança dos dados armazenados;
- c) **Garantir a integridade do sistema**, evitando falhas que prejudiquem o controle de ordens de serviço, cotações e faturamento.

Do ponto de vista financeiro, a falta de um banco de dados eficiente representa riscos significativos ao erário público. Todo o processo de cadastro, orçamento, cotação, histórico de manutenção e faturamento ocorre de forma digital. Um sistema ineficiente poderia gerar:

- **Perda de informações essenciais**, dificultando auditorias e rastreabilidade dos serviços;
- **Falhas na execução de ordens de serviço**, gerando atrasos e desperdício de recursos públicos;
- **Risco de fraudes**, devido à falta de controle adequado sobre os serviços contratados.

Além disso, as disposições contidas no Termo de Referência são essenciais para garantir a eficiência, a transparência e a economicidade na gestão da frota estadual, assegurando que os serviços prestados atendam de forma adequada à elevada demanda dos órgãos públicos. O modelo adotado já demonstrou sua viabilidade ao longo dos anos, sendo utilizado por diversas empresas que atenderam plenamente aos critérios estabelecidos em processos licitatórios anteriores. onde buscou-se :

I - **Proteção ao Interesse Público:** A contratação de um sistema de auto gestão que não atenda plenamente aos requisitos técnicos estabelecidos poderia comprometer o interesse público, especialmente considerando que se trata de um serviço estratégico para o Estado de Rondônia. Atualmente, o contrato cobre aproximadamente 4.000 veículos cadastrados e mais de 3.000 motoristas, abrangendo uma vasta gama de peças e serviços de diferentes montadoras e fabricantes.

II - **Impactos Operacionais:** O contrato atende a 39 secretarias e órgãos vinculados, abrangendo os 52 municípios do Estado e mais de 95 localidades remotas. Além disso, há operações interestaduais que demandam suporte logístico, e em muitos casos, atendimento imediato. A ausência de um sistema robusto e funcional em tempo real impactaria diretamente setores essenciais, como:

- **Secretaria de Saúde (SESAU)** – Responsável por ambulâncias e transporte de insumos médicos;
- **Polícias Militar e Civil** – Veículos utilizados em patrulhamentos e operações emergenciais;
- **Órgãos de fiscalização** – Demandam controle eficiente para deslocamento de equipes.

III - **Impactos Financeiros:** Do ponto de vista financeiro, a falta de um banco de dados eficiente representa riscos significativos ao erário público. Todo o processo de cadastro, orçamento, cotação, histórico de manutenção e faturamento ocorre de forma digital. Um sistema ineficiente poderia gerar:

- **Perda de informações essenciais**, dificultando auditorias e rastreabilidade dos serviços;
- **Falhas na execução de ordens de serviço**, gerando atrasos e desperdício de recursos públicos;
- **Risco de fraudes**, devido à falta de controle adequado sobre os serviços contratados.

Salientamos que os requisitos estabelecidos nos relatórios previstos no subitem 5.7.41 do Termo de Referência são essenciais para garantir uma gestão eficiente e transparente do contrato, especialmente no que se refere aos procedimentos de fiscalização. Esses relatórios permitem que a Administração Pública verifique mensalmente o cumprimento das regras estabelecidas, assegurando que não haja cobranças superiores às contratadas, evitando prejuízos ao erário público. Além disso, possibilitam a fiscalização da rede credenciada, garantindo que os valores praticados para serviços e peças estejam de acordo com os preços de mercado, prevenindo distorções ou sobrepreços indevidos.

A análise detalhada dos relatórios também permite comparar os valores cobrados pela rede credenciada, averiguar o cumprimento pela gerenciadora dos valores de taxas administrativas e taxa de repasse junto a sua rede credenciada. Evitando qualquer sobreposição de valores, à aqueles preestabelecidos.

Dessa forma, assegura-se que a gestão contratual esteja alinhada aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal.

Portanto, a exigência desses requisitos não apenas fortalece os mecanismos de controle da Administração Pública, mas também protege o interesse coletivo, garantindo que a execução do contrato ocorra de maneira transparente, responsável e economicamente vantajosa, sem comprometer os recursos públicos.

A exigência desses critérios é fundamental para garantir a eficiência, a legalidade e a economicidade do contrato, evitando riscos técnicos, operacionais e financeiros para a Administração Pública.

Assim segue entendimento do TCU quantos aos requisitos do objeto:

[Acórdão 808/2019-TCU- Plenário](#)

[Enunciado] Permite-se menção a marca de referência no edital **como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto**, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, **podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.**

É importante frisar que o objeto desta licitação tratou da descrição do objeto de forma concisa e precisa, em conformidade as necessidades da Administração, neste viés, atendendo de forma satisfatório, todos os pontos legais, abordando todas as considerações técnicas, mercadológica e de gestão de podem interferir na contratação, além das necessidades e o interesse desta Administração. Atento ainda que o Estudo Técnico Preliminar- ETP mitigou todos os possíveis problemas buscando a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Assim, em conformidade com o próprio argumentos, em fase de apreciação do sistema, onde deverá comprovar que atende a capacidade de atender aos requisitos funcionais e operacionais na proporção da demanda solicitada no Termo de Referência não há óbice quanto a aceitação.

Os requisitos relacionados ao módulo de cotação do sistema, foi estabelecido para assegurar maior transparência e controle na gestão das cotações, garantindo que todas as solicitações sejam cadastradas por linha de fornecimento.

Além disso, a proibição de abertura de novas guias para um mesmo serviço tem como objetivo evitar a fragmentação de cotações, prevenindo eventuais irregularidades, desperdícios de recursos públicos e cobranças duplicadas de mão de obra. Essa medida contribui diretamente para a legalidade e economicidade do processo, eliminando riscos como:

- **Duplicidade de orçamentos** para o mesmo serviço, resultando em gastos desnecessários;
- **Repetição de serviços já executados**, comprometendo a eficiência administrativa;
- **Tentativas de reajuste indevido de valores**, quando uma empresa alega que um preço está incorreto apenas para reapresentá-lo com um novo valor mais vantajoso para si;
- **Falta de rastreabilidade e controle das cotações**, dificultando auditorias e fiscalização.

Os requisitos solicitados são de **importância estratégica**, especialmente considerando o **grande volume de Ordens de Serviço processadas pela contratante**. Sua implementação **não apenas garante a transparência das contratações, mas também fortalece a fiscalização**, alinhando-se plenamente às exigências d o **Acórdão APL-TC 00224/22 (0036533118)**. Portanto, trata-se de um **item essencial para a boa gestão e controle do processo licitatório**, não podendo ser desconsiderado.

No contexto da nova Lei de Licitações, o princípio da publicidade também é enfatizado. Os órgãos públicos são obrigados a divulgar informações de forma centralizada em sítios eletrônicos oficiais, certificados digitalmente, para garantir a transparência nos processos licitatórios (Lei 14.133/2021, art. 5º, “caput”).

Em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública, tanto direta quanto indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, deverá atender às demais disposições constitucionais pertinentes.

As exigências do certame possuem embasamento técnico, jurídico e administrativo, alinhando-se às necessidades operacionais do Estado de Rondônia e aos princípios da Administração Pública.

Além disso, as disposições contidas no Termo de Referência são essenciais para garantir a eficiência, a transparência e a economicidade na gestão da frota estadual, assegurando que os serviços prestados atendam de forma adequada à elevada demanda dos órgãos públicos. O modelo adotado já demonstrou sua viabilidade ao longo dos anos, sendo utilizado por diversas empresas que atenderam plenamente aos critérios estabelecidos em processos licitatórios anteriores.

Considerando que no ano de 2024 obtivemos o número de 13.470 (treze mil e quatrocentos e setenta) Ordens de Serviço tramitadas via sistema de autogestão, bem como aproximadamente 53.880 (cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta) cotações dos órgãos que utilizam o serviço de manutenção dos veículos, conforme os Princípios da Administração Pública. Onde um sistema sem banco de dados eficiente poderia causar prejuízos enormes para a administração pública. Onde devido a grande demanda, considerando o número de Ordens de serviço, os requisitos solicitados são básicos de qualquer sistema de gestão de frota, principalmente com a demanda relacionada do processo, é importante frisar que o governo de Rondônia vem utilizando essa modalidade a mais de 15 anos.

As informações e esclarecimentos apresentados evidenciam em boa medida a complexidade afeta à prestação do serviço contratado, o qual é realizado em todo território nacional, principalmente em todo o Estado de Rondônia, e pelo que se impõe a cada uma das Unidades Gestoras promover o controle e a fiscalização de seus respectivos processos de manutenção, para a devida verificação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, eis que se afigura impraticável o acompanhamento e fiscalização somente pelo Fiscal Administrativo do Contrato. **Devido a Grande demanda sem os requisitos básicos solicitados fica humanamente impossível realizar a gestão e fiscalização de forma eficiente.**

A legislação que ampara a necessidade de disponibilizar relatórios de taxas, tarifas e demais cobranças a um gestor de contrato pode variar conforme o contexto e o tipo de contrato em questão. No Brasil, elencamos algumas leis e regulamentos que podem ser relevantes, incluídas:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos): Regula as licitações e contratos administrativos, reforçando princípios de transparência e publicidade nos processos licitatórios e contratos administrativos. Isso implica que todas as informações relevantes para a gestão do contrato, incluindo taxas e tarifas, devem ser acessíveis e claras para os gestores e para o público interessado.

Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais): Regula as licitações e os contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação): Garante o acesso a informações públicas, o que pode incluir relatórios financeiros e de cobrança, dependendo do contexto.

Regulamentos internos: Empresas e órgãos públicos podem ter regulamentos internos ou políticas que exijam a disponibilização de tais informações para controle e transparência.

Cláusulas contratuais específicas: Em muitos casos, a obrigatoriedade de fornecer esses relatórios pode estar estabelecida diretamente no **contrato firmado entre as partes**.

A Administração assegura que todas as partes envolvidas tenham acesso às condições a serem formalizadas, promovendo maior transparência e clareza nos procedimentos. A intenção dos itens do termo de referência, embasados nos artigos da Lei 14.133/2021, é modernizar e aprimorar o sistema de compras públicas, com foco em transparência, eficiência, competitividade, inovação, sustentabilidade, governança e integridade. A lei busca criar um ambiente mais seguro, previsível e eficiente para as contratações públicas, beneficiando tanto a administração pública quanto os fornecedores e, em última análise, a sociedade como um todo.

Os contratos administrativos, com fundamento no art. 89 da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), aplicam-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Dentre esses princípios, destaca-se a autonomia da vontade contratual, que justifica a aposição das referidas cláusulas. Por outro lado, o licitante não é obrigado a participar do certame, caso entenda que contraria seus interesses empresariais.

Ademais, a supremacia do interesse, à luz das circunstâncias dos itens previstos no Termo de Referência, permitem a previsão dos itens, sendo proporcional e razoável. Considerando a grande demanda de Ordens de serviço, considerando a magnitude e complexidade do objeto.

Em suma, ao Estado é lícito resguardar seus interesses. Considerando que o contrato entre a gerenciadora e a rede credenciada tem direta repercussão econômica no contrato administrativo e seus custos, não se trata de interferir na relação entre particulares, mas de um contrato dependente do firmado entre o Poder Público e o vencedor. Trata-se de cláusulas obrigatórias a ser reproduzida no contrato entre particulares. A autonomia da vontade está respeitada, uma vez que não se trata de interferir em contratação vigente, estranha ao escopo da licitação, mas sim disciplinar a relação contratual futura e dependente do contrato administrativo a ser firmado.

Ademais, aplica-se ao presente caso o precedente do Eg. STF, no qual se firmou que a doutrina da deferência "à interpretação empreendida pelo ente administrativo acerca do diploma definidor das suas próprias competências e atribuições, desde que a solução a que chegou a agência seja devidamente fundamentada e tenha lastro em uma interpretação da lei razoável e compatível com a Constituição" (ADI nº 4.874/DF, de relatoria da Ministra **Rosa Weber**).

6. CONCLUSÃO

Ante o exposto e pontuação obtida no Checklist 0059337712. Após a apresentação do sistema, a empresa obteve a pontuação **total de 58,50 Pontos e não atendendo 2 (dois) itens**, sendo que a resposta desejável seria não conter nenhum item com avaliação "NA", e no mínimo 64 Pontos.

Dessa forma, a comissão concluiu que os requisitos do sistema da empresa UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA, não atendeu aos critérios estabelecidos no Termo de Referência Versão Final (0055533815) e Checklist 0055781321.

Considerando o exposto nesse relatório a empresa deverá ser **DESClassificada**, de modo a não comprometer o princípio do tratamento isonômico e da justa competição.

Esta é a análise desta equipe técnica quanto a avaliação do sistema apresentada pela empresa UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA.

Deliberado pela Comissão Avaliadora, conforme Portaria nº 100 de 28 de março de 2025, publicada no DOE nº 65, do dia 07 de abril de 2025.

Atenciosamente,

GERMANO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor Executivo - SUGESP

HELANNE CRISTINA MAGALHÃES CARVALHO
Coordenadora dos Gastos Administrativos - CGA/SUGESP

ADEILSON BANDEIRA SILVA
Coordenadoria Técnica - ASTEC/SUGESP

KARLA GIANNINA GALVÃO FERNANDES
Gerente de Manutenção Automotiva - GMA/SUGESP

JÚLIA LOPES LEITE
ASSESSOR/GMA/SUGESP

GREGORY RODRIGUES BRAGA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

HARRISON VASCONCELOS LOBO DA SILVA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

JENNIFER SUELEN FERREIRA LIMA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

LILIAN PEREIRA DA SILVA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

LUÍS FELIPE NASCIMENTO E SILVA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

LUIZ ROBERTO DE SOUZA OLIVEIRA
ASSESSOR/GMA/SUGESP

TAINÁ CRISTINA DA COSTA
GCONT/CAF/SUGESP

VALNEI BIZERRA MARQUES
GCONT/CAF/SUGESP

OSILAN ARAÚJO DE CASTRO
Gerente de Transporte - GTR/SUGESP

PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE GOMES (PG)
Coordenador de Análise e Gestão de Dados - SETIC

LUCAS CURCIO VIEIRA
Secretaria de Estado de Finanças/ SEFIN

RONALDO APARECIDO AVNZI
Secretaria de Estado de Finanças/ SEFIN

MARIA LORENE LEMOS NASCIMENTO
Secretaria de Estado de Finanças/ SEFIN



Documento assinado eletronicamente por **KARLA GIANNINA GALVAO FERNANDES**, **Gerente**, em 15/04/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Lopes Leite**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **GREGORY RODRIGUES BRAGA**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Pereira da Silva**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Roberto de Souza Oliveira**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS FELIPE NASCIMENTO E SILVA**, **Assistente**, em 15/04/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennifer Suelen Ferreira Lima**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Harrison Vasconcelos lobos da silva**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valnei Bizerra Marques**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERMANO DE SOUSA JUNIOR**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 15/04/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO RITO**, **Coordenador(a)**, em 15/04/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaina Cristina da Costa**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADEILSON BANDEIRA SILVA**, **Assessor(a)**, em 15/04/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE GOMES**, **Coordenador de Análise e Gestão de Dados**, em 16/04/2025, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059338388** e o código CRC **3B1D2B6C**.

Referência: Caso responda este(a) Relatório, indicar expressamente o Processo nº 0042.003630/2023-44

SEI nº 0059338388